



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIX — Nº 4

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1964

SENADO FEDERAL

ATA DA 12ª REUNIÃO EM 6 DE JANEIRO DE 1964

1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. JOAQUIM PARENTE:

As 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Zacharias de Assumpção,
Cattete Pinheiro,
Sebastião Archer,
Joaquim Parente,
Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença, acusa o comparecimento de 6 Srs. Senadores, número insuficiente para a abertura da sessão.

É o seguinte o expediente encaminhado à Mesa:

MENSAGENS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

I — de Restituição de autógrafos de Projetos sancionados:

Nº 23-64 (nº de origem 443-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 4.502-B-53 na Câmara e nº 80-63 no Senado (Lei nº 4.297, de 23 de dezembro de 1963), que dispõe sobre a aposentadoria e pensões de Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões para o ex-combatentes e seus dependentes;

Nº 24-64 (nº de origem 444-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 742-A-63 na Câmara e nº 69-63 no Senado (Lei nº 4.298, de 23 de dezembro de 1963), que altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências;

Nº 25-64 (nº de origem 445-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 813-D-55 na Câmara e nº 123-61 no Senado (Lei nº 4.299, de 23 de dezembro de 1963), que altera o Decreto-lei nº 915, de 1 de dezembro de 1938, reificado pelo Decreto-lei nº 1.041, de 20 de janeiro de 1939, que dispõe sobre o imposto de vendas e contribuições, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências;

Nº 26-64 (nº de origem 446-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 777-B-63 na Câmara e nº 124-63 no Senado (Lei nº 4.300,

de 23 de dezembro de 1963), que eleva o efetivo de Almirante de Esquadra do Corpo da Armada;

Nº 27-64 (nº de origem 447-63), de 23 de dezembro de 1963 — referente ao Projeto nº 670-A-63 na Câmara e nº 119-63 no Senado (Lei nº 4.301, de 23 de dezembro de 1963), que altera o art. 60, preâmbulo, do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938);

II — de agradecimento de comunicações do Senado:

Nº 28-64 (nº de origem 462-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Moacir Ribeiro Briggs para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia;

Nº 29-64 (nº de origem 403-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Carlos Martins-Thompson Flores para exercer a função de Embaixador Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sua Majestade o Rei da Dinamarca;

Nº 30-64 (nº de origem 494-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Vasco Tristão Leitão da Cunha para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Portuguesa;

Nº 31-64 (nº de origem 455-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação da escolha do Diplomata Henrique Rodrigues do Valle para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

Nº 32-64 (nº de origem 456-63), de 26 de dezembro de 1963 — com referência à aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 4.670-B de 1954 na Câmara e nº 81-58 no Senado, que considera como ocorrida em serviço a morte do Major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, para os fins de pensão, montepio, melo, soldo e mais vantagens estabelecidas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares;

Nº 33-64 (nº de origem 467-63), de 26 de dezembro de 1963, com referência à aprovação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1.567-63 na Câmara e nº 22-59 no Senado, que institui o "Dia de Doador";

III — de agradecimento de remessa de autógrafos de decretos legislativos: Nº 34-64 (nº 458-63 de origem), de

26 de dezembro de 1963 — referente ao Decreto Legislativo nº 37-63;

Nº 35-64 (nº de origem 469-63), de 26 de dezembro de 1963 — referente ao Decreto Legislativo nº 38-63.

Respostas a pedidos de informações formulados pelo Sr. Senador Aarão Steinbruch (Avisos de 30 de dezembro de 1963 do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas):

Nº 300, com referência ao Requerimento nº 438-63;

Nº 301, com referência ao Requerimento nº 621-63;

Nº 307, com referência ao Requerimento nº 631-63.

Já decorrido o prazo regimental da espera para a efetivação do "quorum" mínimo exigido pelo Regimento Interno, encerro a presente reunião.

Encerra-se a reunião às 15 horas e 5 minutos.

DIRETORIA DAS COMISSÕES

Comissão Especial incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos.

6ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE NOVOBRO DE 1963

As dezessete horas e quinze minutos, do dia vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Júlio Leite, Vice-Presidente, José Ermírio, Relator, Atílio Fontana e Mello Braga, reúne-se a Comissão Especial, incumbida de efetuar o levantamento da produção mineral nacional e estudar as medidas capazes de possibilitar a industrialização dos mesmos. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Bervera, Netto, Ruggiero Barros, José Hellelano, e Thomas da Costa. É lida a ata da reunião anterior. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberta a sessão concedendo a palavra ao Sr. Dr. Fernando Mello Viana que faz ampla exposição do problema minero do Brasil conforme notas taquigráficas abaixo registradas.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE — Zélio Abertós os trabalhos.

Doutor Fernando de Melo Viana, a sua convocação a esta Comissão foi para esclarecer alguns aspectos da questão da mineração de ouro, pois os objetivos a que ela se propõe são os de conhecer os recursos minerais do País e encontrar os processos de sua utilização mais completa, para auxiliar o desenvolvimento nacional.

Se quisesse V. Sa. poderia fazer uma breve exposição, que ouviríamos com grande satisfação, pois sabemos que o expositor tem contacto, experiência e competência no assunto. De modo que, se V. Ex.ª o desalar, pode fazer a exposição. Se não poderá ser arguido pelos membros da Comissão.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Deixo apenas pedir alguns esclarecimentos, porque sei que V. Ex.ª tem autoridade no assunto.

O SR. PRESIDENTE — Devo esclarecer também que o que se pretende com sua presença são alguns esclarecimentos relacionados com a mineração do ouro, ao qual se deve e ao qual se atribui grande importância no desenvolvimento nacional.

Se V. Sa. preferir fazer a exposição tem a palavra.

O SR. FERNANDO DE MELO VIANA — Srs. Senadores, inicialmente quero agradecer a oportunidade que V. Exas. e esta Comissão me proporcionam, de fazer essa exposição, o que é uma grande honra para mim. Embora modestamente, fico satisfeito em poder prestar minha contribuição a esse estudo. Conhecendo a realidade como Vossa Excelência acaba de dizer, Sr. Presidente, me contrito com Vossas Excelências, porque há muito tempo que os estudos sobre os recursos minerais e os processos e métodos de sua utilização representam, um problema mais importantes.

Relativamente ao problema do ouro, especificamente, é visto e tem aspectos variados. Imaginei que seria mais interessante fazer uma exposição, escrita, que passaria depois à Comissão e em seguida com muito prazer, estarei pronto a esclarecer o que me for possível e o que possa ter significado.

Já uma parte estatística e os números, a gente nem sempre recorda. Inicialmente gostaria de falar rapidamente sobre a indústria do ouro e a situação mundial da produção do

ro, bem como a indústria nacional, apresentando alguns dados estatísticos. (Lê).

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lê):

"INDÚSTRIA DO OURO

Situação Mundial e Brasileira da Produção de Ouro — Estatística
O Brasil no século XVII, ocupou a posição de maior produtor mundial de ouro, chegando a produzir no período de 1741 a 1760 uma média de 14.600 quilos por ano. A partir dessa época, viemos perdendo seguidamente, terreno. Ao mesmo tempo, as descobertas de novas e importantes jazidas, notadamente as registradas em meados do século XIX na Califórnia e na Austrália, seguidas do surto de mineração na África do Sul, que em princípios do século atual passou para o posto de maior produtor mundial, e mais recentemente do grande avanço da produção da URSS (hoje a maior do mundo), foram relegando o Brasil a uma situação de menor importância. A Rússia resolveu, com facilidade, seu problema de falta de trigo, vendendo ouro.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Vendeu milhares milhões de dólares-ouro para adquirir trigo.

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lê):

Em 1959, as estatísticas mundiais apontavam o seguinte panorama da produção mundial de ouro:

	Milhares de onças
(1 onça — 31,1 g.)	

URSS 32.600
África do Sul 20.060

O SR. JOSE' ERMÍRIO — E' surpresa para mim, porque tinha o "re-ut" de Londres e não pude compreender.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Vamos admitir que estes dados não sejam rigorosamente verdadeiros, mesmo por que as estatísticas referentes à Rússia não revelam, mas são estatísticas de primeira ordem, feitas por órgão oficial.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — E' o resultado de quinhentos mil geólogos no campo, com a colaboração de assessores dos Estados.

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lê):

Canadá	4.450
EUA	1.600
Austrália	1.075
Ghana	900
Rodésia do Sul	570
Filipinas	400
Colômbia	380
Congo (ex-belga)	350
México	315
Japão	310
Nicarágua	210
Brasil	180

Total mundial (inclusive outros países) 65.000

A cifra apontada para o Brasil (180 mil onças) corresponde aproximadamente 5.600 quilos, incluindo, possivelmente, uma estimativa exagerada de ouro aluvionar.

O ouro industrial não foi incluído, porque controlado até em gramas. Existem, no Brasil, explorações de ouro aluvionar, desde o Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Em outra oportunidade, darei a posição estatística da produção brasileira.

O SR. PRESIDENTE — Sempre o Brasil em último lugar?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Praticamente, em último.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRÁSILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou 12 ANOS.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — V. Sa. julga que apesar de toda essa saída de ouro por todos os lados, pelas nossas fronteiras, já se pode situar dentro das cento e oitenta mil onças ou é maior?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — E' possível, por circunstâncias especialíssimas, como a que vou citar, de que o ouro seja produzido lá na fronteira com as Guianas e, pela facilidade de transporte, saia do Brasil. Atualmente, porém, a corrente é no sentido de entrar no Brasil. Adiante, focalizarei este ponto.

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lê):

Em seguida à corrida ao ouro no mercado de Londres, em outubro de 1960, que recebeu grande publicidade, reviu o interesse pelo metal, numa proporção que já não se verificava há um quarto de século. O estoque americano acha-se agora, ao seu nível mais baixo de 1939 para cá. As continuas compras por parte dos Bancos centrais e governos do exterior são atestados do prestígio de que o ouro goza na mente dos responsáveis pelas reservas monetárias nacionais.

Em 1961, a produção mundial de ouro (com exclusão da Rússia, da China Continental, etc.), atingiu um novo máximo no pós-guerra, isso, pelo oitavo ano consecutivo. Com um valor de um pouco mais de US\$ 1.200 milhões, a produção do ano passado superou, por 3%, a de 1960. Ela foi uns 43% maior do que a de 1953, antes de se iniciar a alta da produção no pós-guerra e só ficou 3% aquém do máximo absoluto de 1940.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Sobre as produções das minas de ouro no Brasil só pude obter dados que considero fidedignos a partir de 1936. Tenho outros, mas não pode-

ria trazê-los ao Senado porque não oferecem certa garantia.

Produção das Minas de Ouro do Brasil

Anos:	Quilos:
1936	3.909
1937	4.534
1938	4.447
1939	4.614
1940	4.660
1941	4.582
1942	4.886
1943	4.987
1944	5.175
1945	5.073
1946	4.376
1947	4.216
1948	4.051
1949	3.707
1950	4.082
1951	4.228
1952	4.252
1953	3.604
1954	3.760
1955	3.429
1956	3.802
1957	3.756
1958	3.614
1959	3.494
1960	3.698
1961	3.690
1962	

Mineração Morro Velho S. A.

Anos:	Quilos:
1953	3.296
1954	3.470
1955	3.225
1956	3.540
1957	3.425
1958	3.585
1959	3.473
1960	3.570
1961	3.657
1962	3.728

Observação: — Não está incluída a produção de ouro aluvionar, cuja produção é muito variável.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Isto é no Brasil ou só em Morro Velho?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — No Brasil.

O SR. MELLO BRAGA — E os 5% restantes?

O SR. FERNANDO MELO VIANA

— Existe a mina de Passagem, que esteve paralisada e que nos últimos três anos começou a funcionar novamente. Está situada perto de Mariana, em Minas Gerais. Tem uma pequena produção. Há outra mina em Jacobina, Bahia, que também tem uma pequena produção.

Depois desse capítulo relativo à parte estatística, que achei interessante trazer, escrevi um outro sobre o qual me parece também interessante discutir. Pergunto aos Senhores Senadores só posso proceder à leitura: "As vantagens da produção de ouro".

O SR. JOSE' ERMÍRIO — E' muito interessante.

O SR. FERNANDO MELO VIANA (Lendo):

"Embora reconhecidas universalmente as inúmeras vantagens da produção de ouro, desejamos encarecer inicialmente o crescente índice de suas aplicações na indústria e nas artes. Nos Estados Unidos, por exemplo, o uso nas artes e na indústria vem se expandindo de ano para ano. Em 1957 o consumo para esses fins era de 50 milhões de dólares e em 1960 atingiu a 105 milhões de dólares, ultrapassando desde 1958 a produção do país.

Em relação ao Brasil, apesar de não existir um estudo estatístico rigoroso podemos afirmar que nas artes e nas indústrias o consumo de ouro, anualmente é, atualmente, da ordem de ... 12.000 a 15.000 kg. o que representa cerca de 15 a 20 milhões de dólares".

Quero chamar a atenção dos Senhores Senadores para o fato de que o ouro sempre foi considerado um metal precioso em base monetária. Mas as suas aplicações nas artes e na indústria são impressionantes. Logo que assumi a direção da Mineração Morro Velho fiquei impressionado porque um cliente de São Paulo queria comprar uma média de 40 a 50 quilos de ouro por mês. Entrei em contato com os industriais e tive a mais agradável surpresa, porque encontrei uma indústria fantástica, sob o ponto de vista técnico e aprendi coisas muito interessantes. A referida empresa é filial de uma companhia alemã e só trabalha com produtos de ouro. Cerca de 2/3 desses 50 quilos de ouro são transformados em sais de ouro, utilizados na indústria de cerâmica fina, na qual, segundo vim a saber depois, o Brasil ocupa o terceiro lugar no mundo.

Nos Estados Unidos também, em dois anos, a aplicação nas artes e na indústria, passou de 50 milhões a 100 milhões de dólares.

Em relação ao Brasil, apesar de não existir um estudo estatístico rigoroso, podemos afirmar que nas artes e na indústria o consumo anual de ouro é atualmente, da ordem de 12 a 15 mil quilos, o que representa cerca de 15 milhões e 20 milhões de dólares.

"As aplicações do ouro na indústria química têm se expandido extraordinariamente acompanhado o ritmo de desenvolvimento tecnológico e acarretando o aumento de consumo de metal e de seus sais".

Temos uma produção média — aí chegamos ao ponto — por ano, de 4.000 quilos.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Em quanto calcula V. Sa. a importação?

O SR. MELO VIANA — Temos um consumo de 12 a 15.000 quilos. A nossa produção é de 4.000 quilos, logo, a importação é de aproximadamente 8 a 10.000 quilos.

O SR. JULIO LEITE — De onde vem esse ouro?

O SR. MELO VIANA — É todo ele importado por contrabando. Tenho, até um estudo sobre o assunto que apresentei ao Doutor Vidigal, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, a cargo de quem estava todo o serviço de fiscalização. Fiz uma exposição sobre os prejuízos que a nação teria com a entrada desse ouro clandestinamente. Acrescentei que inicialmente não paga imposto alfandegário, porque a lei não incide para a sua entrada. Teria, porém, caso contrário, de fazer a mesma coisa se tivéssemos de importar automóveis, comprando-se o dólar, digamos, a dois mil cruzeiros.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — V. Sa. chegou a percorrer a indústria paulista?

O SR. MELO VIANA — Sim, visitei.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — O sal de ouro que fabrica é coletado de ouro?

O SR. MELO VIANA — Sim, é um deles, vendido, depois, para a indústria de cerâmica para a sua fixação.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Acho astronômico esse consumo mensal de 50 quilos. Não será para sair do país de qualquer outra forma?

O SR. MELO VIANA — Não, inclusive porque as condições do preço...

O SR. JOSE' ERMÍRIO — O ouro entra e sai pelo contrabando, há facilidade na sua saída?

O SR. MELO VIANA — O contrabando dentro do Brasil é muito maior do que para fora, justamente porque a indústria no Brasil consome 15.000 e produz apenas 4.000. Se há esse consumo, só importando.

O SR. MELO BRAGA — Essa firma não contabiliza em razão dessa entrada.

O SR. MELO VIANA — Se esse ouro contrabandeado não há contabilidade. Al perde o Governo Federal, quanto à importação, no depósito de consumo e desde que não foi contabilizado no imposto de vendas e consignações. Se formos multiplicar tudo isso, a quantia é astronômica.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A cidade de Crato, no Ceará, compra ouro? É atualmente o maior centro de ouro do Brasil, chegou a derrotar Diamantina.

O SR. MELO VIANA — Realmente, não compra. Não temos notícias de que tenhamos vendido ouro para a cidade de Crato.

Sr. Presidente, nessa ordem de idéias, passo a ler o trecho de uma ata da SUMOC, de 1957, resultado de um estudo sobre o problema do ouro e, especificamente, quanto à extração das minas de Morro Velho. Fez a SUMOC, baseada nesses estudos, várias resoluções que ainda estão vigentes.

Consideramos muito oportuno, citar a respeito das vantagens da produção de ouro a valiosa opinião do Conselho da SUMOC, e com esse objetivo transcrevemos um item da Ata da Reunião do Conselho de 18 de novembro de 1957 depois de minucioso estudo das minas de ouro de Morro Velho:

CONVENIENCIA DA PRESERVAÇÃO DA PRODUÇÃO DE OURO.

A liquidação da Sa. John d'el Rey Mining Co. representaria praticamente a cessação da produção de ouro no Brasil. Essa solução é contra-indicada, não só por motivos sociais e políticos mas ainda estritamente econômicos.

Sob o ponto de vista político-social, nota-se que as atividades da St. John d'el Rey Mining Co. dependem para seu sustento direta ou indiretamente em Nova Lima e Raposos cerca de 40 mil pessoas. A folha de salários atinge Cr\$ 700.000,00 diários e é a Empresa que fornece utilidades públicas e arrenda aos operários cerca de 2.800 casas, a alugueis simbólicos que representam uma subvenção social aos empregados.

Sob o ponto de vista estritamente econômico, a continuação da produção de ouro na St. John d'el Rey Mining Co. é desejável pelos motivos seguintes:

- a) o ouro equivale a uma exportação marginal, com característica especialmente vantajosa, porque:
- 1) É livre e ilimitadamente conversível em divisas fortes;
- 2) O aumento da quantidade exportada não afeta desfavoravelmente as relações de troca.
- b) Não havendo ocupações alternativas, capazes de absorver a população desempregada, a cessação da produção de ouro representaria perda líquida para o País, pelo valor em divisas representada pela produção cessante, se medido pelo valor da procura de divisas fortes, para pagamento das importações (média da terceira categoria geral e especial de importação), o valor total da produção de ouro para economia nacional se situaria substancialmente acima da taxa de mercado livre, justificando a cobertura de custos de produção superiores a essa taxa;
- c) a produção de ouro tende a constituir um ponto de vista para outras explorações minerais, atraindo inversões de vulto para modernização das instalações de produção aurífera. A consideração dessas características especiais do ouro-mercador, para a qual há um mercado limitado em dólares — a preços estáveis — levou a maioria dos países produtores a subvencionar a mineração do ouro. Entre os países nos quais a produção de ouro foi menos duramente ferida que no Brasil, pelo processo inflacionário e que subvencionaram diretamente a produção de ouro, figuram: o Canadá, Austrália, Rodésia do Sul e mais recentemente, as Filipinas e Java.

- Observações: — A folha de salários atualmente atinge a Cr\$ 6.500.000,00 diários. O valor da produção anual de ouro sendo de 3.400 quilos equivalentes a US\$ 4.300.000 e, de outro lado, o total das importações da Companhia sendo no máximo de 300.000 dólares anuais, vê-se que, a produção de ouro dá um saldo real de divisas para o País de 4.000.000 de dólares, significando vantajosa e expressiva exportação de um produto metalúrgico obtido por processo completo e acabado no país. Devemos também considerar os subprodutos apurados: prata e arsênico, de grande interesse para o país.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Os produtores de ouro são a Rússia e a África do Sul. A Rússia tem uma mão de obra, quase escrava, enquanto que a África tem mão de obra completamente escrava. Era menino quando ouvi dizer: A verdadeira mina de ouro da África é a escravidão. Então lá o trabalho é quase de graça. O Canadá e a Austrália estão fazendo isso.

O Sr. tem conhecimento de alguma nova descoberta?

O SR. MELO VIANA — Que eu conheça, não.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A Mineração de Morro Velho tem estudado outras regiões do Brasil?

O SR. MELO VIANA — Tem estudado.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Isso, é muito importante. Como se chama hoje a firma?

O SR. MELO VIANA — Mineração Morro Velho Ltda. Neste ponto quero esclarecer que não somos sucessores da Saint John Del Rey Mining Co. Ela continua existindo. Somos sucessores apenas na exploração da mina de ouro.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A mina começou perto de São João Del Rey.

O SR. PRESIDENTE — Ela é mais do que centenária.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Hoje a Mineração Morro Velho Ltda. é nacional?

O SR. MELO VIANA — A situação é a seguinte: A Mineração tem um capital no qual a totalidade das ações ordinárias pertence a brasileiros. Vinte por cento desse capital em ações preferenciais, sem direito a voto e que pertence à Novalimense, cuja maioria das ações é da Hanna.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Que valor tem essas ações preferenciais?

O SR. MELO VIANA — É de um quarto de Capital. O Capital é de um bilhão e cem milhões de cruzeiros; oitocentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros são de ações ordinárias, pertencentes a brasileiros.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Nominativas ou ao portador?

O SR. MELO VIANA — Ao Portador.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — A mina chega a 2.700 metros. Ela está mais rica com a profundidade?

O SR. MELO VIANA — Tem aumentado sempre a riqueza.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Está com 15 gramas?

O SR. MELO VIANA — Vai às vezes até a 18. Nesse particular, posso informar que há três anos atrás quando a mina pertencia ainda aos ingleses — houve um período em que o controle era da Hanna e depois passou a ser administrada pela Companhia, que adquirira as ações na Bóia — verificou-se que a situação da mina era deficitária e tinha ela um prejuízo, naquela ocasião, de cem mil dólares por mês. Procurou-se um meio de estudar a possibilidade de transformar essa situação, mas esbarraram com a seguinte dificuldade: a capacidade provada da mina era para uma apuração de apenas cinco anos.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Quando morei em Morro Velho, havia um estudo para se fazer um shaft de profundidade para a mina, pois se demorava muitas horas para atingir o minério. Fizeram esse shaft?

O SR. MELO VIANA — Eles chegaram até certo ponto e depois pararam. Pois bem, ia dizendo que na ocasião as reservas prováveis eram para apenas cinco anos e, portanto, não se poderia basear investimentos grandes nessas reservas.

O SR. MELO BRAGA — Em que ano foi isto?

O SR. MELO VIANA — Em 1953. Nesse momento decidiu-se fazer um estudo uma prospeção intensa e mandaram buscar técnicos especialistas em ouro na África do Sul, nos Estados Unidos e no Canadá, a fim de se fazer um estudo com base na hidrologia. Aí foi que houve a agradável surpresa: Com o emprego de novos métodos e processos de prospeção descobriram reservas tão grandes que a Companhia nunca na sua história tivera reservas iguais e com a circunstância feliz: Essas reservas novas foram descobertas a menos de 800 metros do solo.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Na antiga Mina de Morro Velho houve um desastre e a mina ficou abandonada.

O SR. MELO VIANA — Assim tivemos mais reservas que estavam situadas a 800 metros. Então melhorou extraordinariamente a posição da Companhia, não só do ponto-de-vista das reservas, como também do ponto-de-vista da economia da produção. Iniciou-se um trabalho de estudo para a exploração. Nesse momento é que a administração passou para o grupo brasileiro, que preside.

O SR. MELO BRAGA — Quando eles saíram, já tinham tomado conhecimento dessas reservas?

O SR. MELO VIANA — Tinha.

O SR. MELO BRAGA — Houve capital brasileiro para indenizá-los?

O SR. MELO VIANA — Não houve isto, porque vou explicar a V. Exas. o seguinte:

A situação da Companhia de Morro Velho era a seguinte: eles acuraram um bilhão e o apóvelamento das reservas. Estabeleceram um plano por este plano, V. Exa. terá resposta exata e clara a sua pergunta.

Verificaram a existência de mão-de-obra ociosa; possuíam cinco mil operários e pagavam reuuzos-los de uns mil, mantendo o mesmo ritmo de produção. Isto através de novas máquinas e equipamentos, etc. Assim, a Companhia passou de deficitária a superavitária. E é aqui de compreender.

Esbarraram, porém, num obstáculo: com estrangeiros não era possível a execução. Tinha que demitir os mil operários em Morro Velho. Daí a ideia de oferecer a mina ao Governo brasileiro, caso contrário, permaneceria deficitária. Na época, era Ministro da Fazenda o Sr. Sebastião Paes de Almeida, que considerou não ser interessante o Governo assumir a administração da Companhia, por não possuir técnicos e não ser especialista no assunto.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Tem conhecimento do fato pelo nos o critério em Londres, de que 68% das ações da Mina de São João d'el Rey estavam a venda por um milhão de dólares. Aquela época, estava em andamento em compra-las, mas fui ao Presidente e Jaceuno Kubitschek e int expus a situação. Achei ótima a ideia.

O que nos interessa, Dr. Melo Viana, é saber a duração das reservas, pelas perspectivas já realizadas, mantido o ritmo atual de produção.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Está calculada em dezessete anos.

O SR. JOSE' ERMÍRIO — Foi modificado inteiramente o sistema das pilhões?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Sim.

Quando assumimos a direção da Companhia, verificamos que o mais indicado seria a modificação do plano. E, de acordo com os próprios técnicos estrangeiros e brasileiros, o plano foi modificado. Em vez de demitir os operários, procuramos aumentar ao máximo a produtividade da Companhia. E, na hipótese de ainda persistir o excesso de mão-de-obra, diversificaríamos as finalidades da Companhia, com a criação de outras indústrias que o absorveriam.

Em resumo, Sr. Presidente, o plano consistia no seguinte: aumentar em 50% a nossa produção aurífera, obviamente, aumentando também a produção de arsênico e prata. O plano está praticamente executado.

Fui aos Estados Unidos e cometi o financiamento para os equipamentos necessários. A produção não aumentou da noite para o dia, por questões de ordem técnica mas, com este plano, até dezembro de 1964 teremos aumentado a nossa produção aurífera em 50%.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Usando as reservas superiores?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — As superiores e as antigas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Reduzirá, nessa base, para oito anos as reservas atuais.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Não posso afirmar seguramente até que ponto, mas, pelas perspectivas, está provado que teria inserido a continuidade desses novos velhos.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Não houve um novo velho em Raposo?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Sim.

Tanto isso é verdade que há o seguinte: sem os novos equipamentos, mas com providências de ordem administrativa e técnica, elevamos a média da produção da Companhia, no ano de 1960, que era de menos de 270 quilos por mês, para 333 quilos.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Os americanos financiaram esses equipamentos a longo prazo?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Foi feito um financiamento pelo Eximbank pelo prazo de três anos.

Estamos abrindo uma nova jazida em Honório Bicalho.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Estive lá uma semana. Tinha uma instalação velha. O Sr. reformou-a, ou vai trazê-la para Morro Velho?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Fizemos trabalhos de laboratório e resolvemos continuar lá mesmo.

Como estava dizendo aos Srs., os ingleses trabalharam essa mina até o ponto em que ela ia começar a produzir. Nunca se chegou a tirar, praticamente, uma grama de ouro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Estive uma semana em Honório Bicalho e também numa região perto de Itabrito. Ali havia uns filões auríferos. Lá trabalhei e fiz algumas recomendações, não sei se foram cumpridas. O que nos interessa é saber esses detalhes. No Brasil, enquanto as jazidas de ferro, de manganês, de tungstênio estão sofrendo concorrência externa, o ouro tem se mantido no comércio internacional, com tendência para a alta. Portanto, o Brasil deve aproveitar essa situação, que considero anormal. Há um mercado mundial e precisamos aproveitar, para fazer reservas, para que o Brasil não fique humilhado.

Todos os nossos problemas tem que ser olhados com carinho.

Morro Velho é a única companhia de ouro organizada no País. Eu a conheço bem desde 1922. Mas se não houver um nome que tenha coragem de gastar um pouco do que ganha, que seja brasileiro de verdade, que queira lutar para conseguir uma produção aurífera consistente, Morro Velho ficaria naqueles nove ou dez quilos por dia, sem valor real para o País.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Nosso estorço tem sido realmente considerável. Com os nossos próprios recursos nacionais conseguimos aumentar a produção de cerca de 2/3 para 323 quilos por mês. E agora, depois de termos gasto mais de um bilhão de cruzeiros, devemos aumentar também a produção da companhia em 50%.

O SR. JULIO LEITE — Essas minas de Jacobina e Passagem são exploradas por companhias ou por particulares?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Não posso dizer exatamente.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — O Brasil precisa de produtos básicos para viver. Temos que criar fontes de produção internas para diminuir a importação. Tanto apresentado projetos nesse sentido. Não sei se serão aprovados. Mas ainda ontem falamos sobre o trigo; na semana passada sobre papel de imprensa. E preciso que os brasileiros que tenham

isso em mãos tenham patriotismo. O dinheiro só tem valor para circular e para produzir riquezas. Dinheiro depositado em bancos, para auferir juros, é inútil ao País.

O ouro é o único metal que ainda resiste a todas essas concorrências internacionais, como acontece no caso atual.

O SR. JULIO LEITE — Há possibilidade de Passagem e Jacobina aumentarem a produção?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Passagem é mina fraca.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Há o que se chama cotação oficial do ouro. É um valor que vigora entre o Fundo Monetário Internacional e os bancos centrais. O preço atual é de 1.125 dólares o quilô. Se o Banco do Brasil, por exemplo, quiser comprar ouro, recebe por esse preço. Existe o que eles chamam o mercado internacional do ouro.

O SR. PRESIDENTE — Há monopólio na compra do ouro no Brasil?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Já existiu mas hoje é livre.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Eu queria citar um exemplo: a que ocorreu com a indústria de cimento. Em 1934, quando instalamos a primeira fábrica de cimento no País, 100% da produção era estrangeira.

Nem que quisesse o senhor não podia comprar cimento do Brasil porque não deixavam comprar; quando nós começamos, sofremos essa consequência. Já quando a Itaú começou, cedemos o cimento e técnicos para montar a fábrica e hoje, 82% da indústria de cimento é nacional. No caso do ouro, parece que todo ele está em mãos de brasileiro.

Não acredito que os velos auríferos do Brasil se circunscrevam a Morro Velho ou a Honório Bicalho. Não é possível. Devíamos estudar mais profundamente o assunto e neste ponto os Senhores é que têm de procurar. Recomendando essa ação porque é o único meio de fazermos um Brasil grande. Não podemos ficar imbuídos apenas de que possuímos tudo e não desenvolvermos outros setores. Temos, por exemplo, em Goiás, muitas em Luíziânia, Dianópolis.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Dizem que o maior aluvião de ouro, em Goiás é o de Dianópolis.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Exatamente, conheço. O fato é que se temos em Morro Velho, em Goiás, na Bahia, em Mato Grosso, devemos ter também em outros Estados.

Devemos agir como o Bureau de Minas nos Estados Unidos e é o que esta Comissão deve propor: a criação de uma companhia, de uma organização, constituindo-se numa autoridade nacional em mineração e metalurgia, principalmente metalurgia. E podemos fazer com que Morro Velho ficasse uma declaração ao país lá que estava disposta a ajudar a todos que quisessem produzir ouro, seria de grande utilidade.

A mina do Paraná era muito pequena e os que a fundaram já venderam o equipamento mas certamente haverá mais ouro lá. Não é possível que este país com tantas minas de mineração não tenha mais ouro.

O SR. MELO VIANA — Para corroborar o ponto de vista de V. Exa., posso citar um fato: descobrimos grandes reservas de ouro ao lado de uma outra já explorada. Então, com maior razão, é possível que em outras circunvizinhanças exista a presença do ouro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A verdade é que os rios auríferos de Goiás e de Mato Grosso devem vir de algum lugar.

O SR. MELO VIANA — Em Goiás foi organizada uma companhia para a produção de ouro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Não posso dar informações precisas a esse respeito. Porque a companhia foi fundada pelo Estado. Sii, porém, que está ainda em fase mais de organização.

O SR. PRESIDENTE — Seria interessante neste ruído, que o Sr. Melo Viana nos informasse algo curioso: eu me lembro que em nossa província havia várias minas que trabalhavam e produziam, a região de Santa Bárbara, de S. Bento, de S. Gonzalo, Sapucaí, a mina de Juca Barros etc. Então, pergunto: o insucesso dessas explorações que causa teria. A exaustão das minas, má técnica de mineração? Qual a razão?

O SR. MELO VIANA — Vou dar minha opinião pessoal.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — É muito importante.

O SR. MELO VIANA — É possível que algumas dessas jazidas tenham sido fechadas por um fracasso de ordem técnica ou esgotamento. Não tenho a pretensão de conhecer cada uma delas em Minas Gerais, mas o conceito que tenho hoje da indústria do ouro no Brasil é que não houve uma política de auxílio à sua mineração.

No tratado de Brethton Wood, foi fixado o preço do ouro, oficialmente, em 1934. Então o que acontece é que nos países produtores de ouro havia uma inflação natural como aconteceu em todos os países e no Brasil mais. Os custos internos foram aumentando e, evidentemente, se o preço do ouro em dólar ficou em 1.825 cruzeiros, desde 1934, compreende-se que se não houver um artifício em cada um dos países para poder atender e estimular a indústria do ouro, é claro que não poderá, tendo aumentado a mão de obra, na mesma proporção que para todas as outras, os custos internos do material não poderiam subsistir. Daí a razão por que no Canadá, na Austrália, em quase todos os países produtores de ouro, se fez uma legislação, variando conforme as condições locais, para contornar as dificuldades.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Inclusive na União Soviética e na África.

O SR. MELO VIANA — Por essa razão a mina de Morro Velho é uma das maiores do mundo com reservas importantíssimas. Tive, porém, em certa época, um prejuízo de cem mil dólares por mês.

O SR. PRESIDENTE — Dou meu testemunho. Recordo-me quando estava no Governo de Minas, recebi a visita do Sr. Davis, que me expôs o drama em que a companhia se encontrava. Anunciei com aquela gravidade britânica, que ia fechar a mina se providências energéticas não fossem tomadas. Houve, no entanto, essas providências, por parte do Ministério da Fazenda.

O SR. MELO VIANA — Essa é uma grande companhia lá organizada que pode resistir e está resistindo a essa situação por condições especiais do momento no mercado internacional. Mas essa mina é uma exceção. Imagino a dificuldade das outras naquela situação.

O SR. PRESIDENTE — Admito-se, pelo menos a conclusão de que a inatividade dessas minas monedonadas não tenha resultado de exaustão.

O SR. MELO VIANA — É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE — São possibilidades de exploração de ouro que ainda existem.

O SR. MELO VIANA — Estou convencido de que não foi pela exaustão, mas por causas específicas.

O Canadá estava na mesma situação, com os mesmos problemas. No momento em que fizeram a legislação, hoje em vigor, para proteger a indústria do ouro, o Ministro das Finanças do Canadá, em 1947, fez uma

declaração sobre a indústria do ouro, que peço licença para ler:

"Há uma indústria canadense, em particular, que poderia efetuar um rápido e substancial progresso em sua produção se lhe fosse proporcionada agora, alguma forma de auxílio. Refiro-me à indústria da mineração aurífera que tem atualmente uma grande capacidade aproveitada e que produz um artigo para o qual existe um limitado mercado de dólares. Os aumentos nos custos da produção aurífera ocorridos nos últimos anos tornaram não lucrativa grande parte do nosso potencial de produção. Isto determinou a queda de produção de certas minas, tendo o o diminuir o ritmo de prospecção de novos depósitos. O Governo chegou a conclusão de que deve adotar medidas complementares no sentido de auxiliar a remoção do pernicioso efeito sobre a produção, dos custos em rápida ascensão, aliados à fixidez do preço do produto no mercado."

A realidade é que, em todo mundo, por uma espécie de acordo tácito entre os homens, aceita-se o ouro como moeda universal e os pagamentos entre as nações se efetuam em ouro ou em moedas que se podem converter em ouro (moedas convertíveis).

O economista Per Jacobson ex-Diretor do Fundo Monetário Internacional em seu livro reunindo várias conferências sobre assuntos monetários assim se expressou:

"Em primeiro lugar, o alinhamento das moedas, em relação ao ouro dá, ao sistema monetário mundial, uma certa estabilidade que não pode ser ignorada. O ouro não pode ser criado, arbitrariamente, como o pode ser o crédito e, do ponto de vista da estabilidade, a garantia assegurada pelo ouro é, sem dúvida superior à do crédito como meio de pagamento."

Em segundo lugar, quando as responsabilidades internacionais são acertadas em ouro, verifica-se uma liquidação definida e final que não deixa subsistir qualquer nexo de crédito, como acontece quando o acordo se faz de outras maneiras. Os pagamentos em ouro são menos comprometidos, o que constitui uma vantagem.

"Em primeiro lugar, o alinhamento que vivemos, cercados de tantas orenças e — devo reconhecer — de tantos preconceitos herdados das gerações passadas a posse do ouro inspira confiança, como não o pode fazer nenhum outro bem monetário. Sendo as coisas humanas o que elas são, precisamos de "estímulo" para a sustentação da sua confiança e, sob esse ponto de vista, o ouro ainda é de grande utilidade."

Em quarto lugar, o uso do ouro como base quase universal para o dinheiro, talvez de por si não de ocasião ao sistema monetário internacional, porém, facilita grandemente a tarefa tanto mais que não seria fácil estabelecer, de qualquer outro modo, um mesmo grau de credção.

E, finalmente, em quinto lugar, a atual produção corrente de ouro, na parte que se torna disponível para as finalidades monetárias, dá certo fôlego à expansão financeira e promove um aumento da liquidez internacional, e que já por si é bastante satisfatório."

Essas são as razões pelas quais desde 1931 os Estados Unidos, possuidores de mais da metade dos estoques mundiais desse metal, estabilizaram o preço de compra e venda do ouro em 35 dólares por onça peso (31.1) grs., e por esse modo fêzraram a estabilização do valor desse metal, transformando-o num ponto de referência relativamente imutável para avaliação das riquezas.

Posteriormente em Bretton Woods, foi criado o Fundo Monetário Internacional pelas nações que a compozeram e sancionaram a estabilização do valor do ouro nos termos acima referidos. Inclusive, o Brasil, que

registrou no F.M.I. a paridade de Cr\$ 18.53 por dólar americano, e assim a grama de ouro vale oficialmente Cr\$ 20.8176.

Nessas condições, fácil é compreender que um país que possui ouro, praticamente dispõe de uma fonte inesgotável de divisas. Poderá importar mais do que exportar, poderá acumular deficits em seu balanço de pagamentos; que na hora do ajuste de contas saldará seus débitos, transferindo para os credores a quantidade de ouro necessária ou, simplesmente, levantando empréstimos sob garantia de seus estoques de aquele metal. Não existem com o ouro os graves problemas de comercialização internacional como acontece com o café, cacau, minérios, etc. A produção de ouro, portanto, corresponde na verdade, a uma receita adicional de divisas de um país. Basta dizer isto para que se veja a inestimável vantagem do aumento da produção do Brasil.

A Mineração Morro Velho S.A., que sucedeu a St. John d'el Rey Mining Co. na exploração das minas de ouro da região de Nova Lima, conforme vimos pela citação que fizemos do Conselho da SUMOC, constitui um exemplo no passado dos benefícios da mineração do ouro, a que Minas Gerais e outros Estados da Federação devem a penetração, o desbravamento de seus territórios e a formação de importantes núcleos de população, que atualmente participam ponderavelmente no desenvolvimento do país.

Na continuidade desses objetivos e para solucionar os problemas diversos entre os quais avultam os sociais criados pela mineração do ouro através de 20 anos de atividades, a Mineração Morro Velho S.A., organizou um plano de expansão de sua produção de ouro e ao mesmo tempo de diversificação de suas atividades, descrito na carta dirigida ao Professor Santiago Dantas quando Ministro da Fazenda, que me permite ler e anexar a essa exposição, — é que constitui também um inestimável benefício não somente para a região como também para o país.

Conclusão: Diante dessa exposição torna-se, a nosso ver, imperativa para os interesses nacionais um decisivo amparo à indústria do ouro, que deveria se concretizar em providências de duas categorias:

I) Providências visando estimular a indústria existente e as pesquisas de jazidas auríferas, — como consequente implantação de novas indústrias;

II) Combate ao contrabando de ouro, cuja entrada irregular no país se faz com graves prejuízos para o Erário Público e para a indústria nacional, conforme demonstramos em exposição anexa.

Relativamente, as providências de estímulo à expansão da produção nacional de ouro, deveriam ser examinadas as leis promulgadas com esse objetivo em quase todos os países produtores desse metal em consequência da estabilização do preço do ouro em 1933 e, de outro lado, da alta constante dos custos internos nesses países.

No caso especial do Brasil, onde a inflação já ultrapassou todos os limites previstos, mais obrigatórias e urgentes se tornam as medidas de proteção à indústria do ouro.

É este exatamente o ponto a que Vossa Excelência se referiu: o caso da paralisação das indústrias.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Em todo caso estamos com o intuito de ver se podemos auxiliar a indústria aurífera do Brasil, propor medidas de forma a colher resultados. Temos visto falar dos brasileiros com o coração na mão tanta coisa que se fala em toda parte, que nem vale a pena repetir. Faço a Vossa Senhoria uma pergunta: há bancos brasileiros lig-

dos e capitais estrangeiras dentro da conjuntura de Morro Velho.

O SR. MELO VIANA — Absolutamente.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A ... tem um banco. Fez um anúncio de uma página no jornal e cada página desta dá Cr\$ 300.000 de prejuízo ao Brasil. Estamos numa reunião de brasileiros e podemos dizer: não vamos guerrear ninguém, não vamos guerrear gente de fora, mas creio que seja indispensável fazer como fez Wilson nos Estados Unidos, que criou uma administração onde se podia respirar. Antes disso, os trustes chegam e cortavam os créditos dos cidadãos nos bancos. O cidadão tinha uma ideia que não podia executar, porque os trustes seguravam. Ninguém podia crescer. E isso que devemos evitar.

O TIMES fez recentemente uma publicação que deve alertar os brasileiros: se o Brasil aplica milhões de dólares no exterior e nesse meio tempo não há investimento dentro do País, se o TIMES dá uma notícia dessas é preciso que fiquemos alertas. Essa notícia saiu em vista da queda da Bolsa de Nova Iorque. Temos muitos amigos no exterior, mas precisamos esclarecer que as grandes empresas que não são entregues, direta ou indiretamente, aos trustes internacionais se desenvolvem, para que não seja sugado o suor e o trabalho dos brasileiros. Wilson fez isto nos Estados Unidos e Washington também. Washington já dizia: Não tomem dinheiro de fora, porque vão pagar muito mais do que recebem. Já provamos que podemos fazer muito no mercado de minérios. Também na agricultura temos feito muito, apesar das geadas. O preço do café baixou.

O SR. MELO BRAGA — O café baixou, por causa das geadas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Temos que tomar uma posição nacionalista, porque só assim alcançaremos a independência. Temos que pensar como os americanos, canadenses que fazem isto todos os anos — fizeram em Ontário, fizeram na zona principal de Toronto. E nós também podemos fazer. Queremos ver os brasileiros falando de igual para igual! Os americanos formaram a nação maior do mundo com esse conceito de angariar para o seu país recursos incommensuráveis. O Brasil tem as mesmas condições. Quando as minas velhas de ouro do Colorado, do Idaho da Califórnia, do Alasca foram caindo de produção, eles criaram as grandes metalúrgicas de cobre, de alumínio e foram empregando esse dinheiro. Vossa Excelência tem condições para ser um líder nacionalista na sua posição. O que me revolta é que vivem chamando os nacionalistas de comunistas. Nacionalistas foram os franceses, americanos, ingleses, italianos.

O SR. PRESIDENTE — Os comunistas é que às vezes são nacionalistas.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Então fazemos esse apelo a Vossa Senhoria, porque na sua posição, tem uma grande responsabilidade e precisa fazer um grande sacrifício. Olhe bem para a América do Norte de 1850, no tempo do Presidente Theodore Roosevelt, que iniciou a grande industrialização, que paralisada no Governo Taft e que foi reinstalada por Wilson. Vamos contar com sua ajuda para o desenvolvimento aurífero do Brasil, não só na Mina de Morro Velho mas em outras regiões. Seria magnífico se um homem de Goiás fosse a Morro Velho com uma amostra e fosse ajudado pelos senhores para se desenvolver. Fiz isto com o Coronel Assis Távora,

que me procurou e eu lhe disse: Mando meus geólogos com uma única condição: o senhor não ceder suas minas para estrangeiros. Ele prometeu, mas pouco depois vendia para uma empresa estrangeira.

O SR. MELO VIANA — O senhor conhece o trabalho da nossa indústria, o senhor está lá e sabe que quando começamos, o número de engenheiros era praticamente nulo. Hoje temos 14 engenheiros brasileiros. Além disso, a única indústria aurífera que realmente existe no Brasil é Morro Velho.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Vamos fazer o seguinte: vamos estudar a possibilidade de construir um prédio de metalurgia para a Escola de Ouro Preto em edifício destinado a Metalurgia na Escola de Ouro Preto. É lamentável que ainda funcione em prédio antigo sem qualquer conforto.

Devemos guardar bem este ponto: depois da agricultura, que é o elemento necessário à vida do homem vem a mineração. O país que não tiver os seus metais básicos organizados somente vencerá com espírito de sacrifício, porque terá que importar sempre. A Alemanha, por exemplo, o maior produtor de potássio do mundo, conta com produtos minerais do seu subsolo, o Japão igualmente não tem minério mas é digno de admiração pelo seu esforço no trabalho. Os Estados Unidos, desde a época de seu crescimento, têm-se dedicado ao problema, possuindo várias escolas de minas: a de Colorado, Novo México, Michigan, Missouri, Columbia etc.

Conto com a colaboração do Doutor Fernando Melo Viana, no sentido de prestar todo o auxílio à Escola de Mineração de Ouro Preto.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Vossa Excelência pode contar com o meu inteiro apoio.

O amparo à indústria nacional do ouro poderia ser feito, do meu ponto de vista pessoal, atendendo a que conheço as suas condições atuais, primeiramente, através de uma legislação brasileira, idêntica à dos mais países produtores de ouro. Caso contrário, não haverá, amanhã, possibilidade de aplicação de investimentos privados nesse setor importante do País.

Posso citar o Canadá como exemplo uma companhia canadense, que demonstra como o Governo auxilia a produção do ouro. Essa companhia teve um lucro, em 1962, de dois milhões e quinhentos mil dólares e havia recebido uma subvenção do Governo no valor de seiscentos e cinquenta mil dólares, em função de vários fatores principalmente da produção do ouro. Em face desse lucro, a companhia devolveu ao Governo a subvenção recebida. Mesmo que tivesse prejuízo, de qualquer maneira o Governo, se beneficiaria com a produção de ouro da companhia.

Referi este caso concreto, para mostrar que o industrial no Canadá tem a certeza de que contará sempre com um auxílio certo do Governo. Poder-se-ia, também, fazer uma legislação brasileira consentânea com as condições locais.

O SR. PRESIDENTE — Um dos objetivos desta Comissão é precisamente este.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Acho este ponto fundamental.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Financeiramente, a mineração de Morro Velho é boa. Há essa perspectiva de aumento de produção mas digo francamente, que, considerando os problemas da comercialização internacional do ouro, esse preço, em dólar é baixo.

Considerando os problemas da comercialização internacional do ouro,

considerando as incertezas da inflação, considerando que em Nova Lima o salário-mínimo é igual ao do Rio de Janeiro, de São Paulo que, segundo está enunciando, passará a 36 mil cruzeiros, nós calculamos o aumento da despesa da companhia em cerca de 20 milhões de cruzeiros por mês, o que equivale a aumentar de 300% o custo da grama de ouro. Não sei qual vai ser a reação do dólar. A Companhia passará, portanto, a ser fortemente deficitária.

Vejam os Senhores Senadores a necessidade de amparar uma indústria de reconhecido valor para o país. O Brasil está filiado ao Fundo Monetário Internacional. E, em vista dessa filiação, está obrigado a manter o preço fixado. Mas como é possível a indústria subsistir nessas condições?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Quantos operários tem Morro Velho?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Cerca de quatro mil. No momento temos um pouco mais porque iniciamos um programa de reforestamento muito grande na região.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Tenho acompanhado o problema da indústria aurífera no Brasil e desde muitos anos, tenho verificado que o Governo estabelece um preço oficial para o grama de ouro muito inferior ao valor do câmbio livre da moeda internacional.

Ainda, hoje, se não me falha a memória, li uma notícia no jornal, segundo a qual, a Rússia está exportando o ouro a 35 dólares a onça, enquanto que o custo interno é de 70 dólares. No Brasil verifica-se o contrário. O Governo mantém o câmbio oficial abaixo do câmbio livre, o que vem inflando, não apenas na indústria aurífera, mas em vários outros setores, no sentido de tornar a produção deficitária ou gravosa.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A Rússia está vendendo ouro para comprar trigo no Canadá e na Austrália. Ela sempre adotou essa política de vender aquilo que pode produzir, mesmo com prejuízo, para importar coisas que lhe custem mais caro. Sempre adotou o ouro como medida de intercâmbio. Mas lá é diferente. Na Rússia é o Governo que importa tudo e pode fazer essa média. Nós não somos o Governo.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Nos Estados Unidos exporta-se algodão e trigo por muito menos do que se paga ao produtor americano.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A 8 centavos por libra; Cr\$ 1.580,00 por arroba de algodão.

Isso tudo deve ser tomado em consideração, principalmente agora que estamos tomando conhecimento de que a Mineração Morro Velho está nas mãos de brasileiros — homens dedicados — e nada têm que ver com capital estrangeiro.

O SR. MILTON CAMPOS — Mas já foi subsidiária.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Não é mais. A mão de obra está subindo de tal forma que daqui a pouco a mão de obra não poderá mais subsistir. O importante é que esta Comissão seja daqui tranqüila certa de que os lucros da Mineração Morro Velho são utilizados para a compra de equipamentos para a melhoria da sua metalurgia e aumento da produção e de que não tenha que dar subsídios para coisas que possam trazer prejuízos à Nação.

O SR. MELO BRAGA — A Mineração Morro Velho faz antecipações de recursos em outro setor industrial também. Sua capacidade é para oito anos, depois estará esgotada essa mina.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — A geologia não acaba assim. A geografia e a geofísica vão acompanhando a evolução.

lução através de novos métodos de pesquisa.

O SR. MELO VIANA — Temos reservas aprovadas, mas ao lado destas existem as reservas prováveis e as inferidas. Temos certeza da existência de mais minério, mas não posso dizer com exatidão. É como se contássemos que vamos ter dinheiro no bolso.

O SR. JOSE ERMÍRIO — É muito comum.

O SR. MELO VIANA — Possuímos a mina há três anos, gastamos, vamos dizer, minério, para sustentar a produção por três anos e nossas reservas hoje são maiores do que há três anos, porque a pesquisa é incessante.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A pesquisa tem de ser parte essencial da mina.

O SR. MELO VIANA — Tanto é assim que seria difícil estabelecer-se uma regra para se saber qual seria o mínimo. Então na mineração de ouro existe uma regra. Desde que se determine a existência de reservas para 10 anos, é conveniente instalar a mina.

Além dessa preocupação, temos o problema, não exatamente da mina, mas o social.

O SR. JOSE ERMÍRIO — É um problema de periculosidade.

O SR. MELO VIANA — Exatamente. Essa mina funciona há 130 anos e seus proprietários compraram os terrenos à sua volta, isto porque, a mina não é só naquele lugar, mas com os afloramentos, numa vasta área.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Exatamente. Já estive naquela zona.

O SR. MELO VIANA — Há 30 anos, lá só existiam poucos trabalhadores, mas hoje são 40.000 habitantes. Surgiram, então, os problemas sociais. Não podíamos ocupar a família do trabalhador na mina. Instalamos, então, um fundo de desenvolvimento industrial da região. Organizamos uma série de projetos, uns já executados e outros em execução para a aplicação desse fundo.

Com o auxílio de técnicos, procuramos saber quais seriam as linhas de produção que devíamos estabelecer na região para o aproveitamento das matérias primas e com o aumento da energia elétrica. Concluímos que devíamos estabelecer linhas de metalurgia, linhas de ferro, linhas especiais levando em conta o desenvolvimento da siderurgia nacional para atender às suas necessidades.

Estamos desenvolvendo um projeto nesse sentido, com a utilização da energia elétrica de Três Marias e com o consequente aproveitamento de minérios, como o manganês. Ali utilizamos mão de obra, que temos em excesso, principalmente nas reservas florestais, plantando eucaliptos.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A Companhia de Morro Velho tem reservas próprias de manganês?

O SR. MELO VIANA — Não. Só ouro. Temos entendimentos com outras companhias.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Terá então de comprar de outras companhias?

O SR. MELO VIANA — Compramos da de Lafayette que está atendendo a todas as indústrias.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Acho Providência justa tomada pelo Governo.

O SR. MELO VIANA — Temos outras linhas muito importantes para o desenvolvimento da região, para dar emprego às moças.

Fixamo-nos na dos produtos alimentícios. Depois dos estudos dos mercados, resolvemos montar uma fábrica de balas e bombons. Essa fábrica emprega cerca de 120 moças, filhas de operários e produz diariamente quatro e meia toneladas de balas, vendidas por todo o Brasil.

Citei este exemplo para mostrar a Vossas Excelências como encaramos com seriedade o problema.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A Cidade de Nova Lima está anexa à Mina de Morro Velho?

O SR. MELO VIANA — Praticamente sim. Há uma parte central dos edifícios públicos. Temos 2.800 casas de operários, todos da companhia, temos as casas de engenheiros e de funcionários, também da companhia. É uma situação toda especial para a qual devemos voltar nossos olhos.

Houve crise de energia elétrica, toda ela fornecida pela Companhia, não só para abastecer a si própria como para a cidade. Não podíamos, porém, continuar atendendo indefinidamente às necessidades da cidade. Com a seca, tivemos dificuldades tremendas. Procuramos resolver o problema passando a distribuir energia elétrica para a SEMIT. Gastamos perto de cem milhões de cruzeiros e a SEMIT entrou tanto.

Existe, portanto, a participação da Companhia em quase tudo que diz respeito à cidade: todos os edifícios escolares do município, hospitais, água, energia elétrica e transportes. Ela presta esses serviços em condições excepcionais.

A produção aumentou, mas o consumo interno é bem maior do que a produção.

O SR. JOSE ERMÍRIO — A companhia não exporta? Qual o banco que a auxilia?

O SR. MELO VIANA — O Banco do Brasil não compra nada. Temos escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. No Paraná temos, não um escritório, mas o Banco Brasileiro transfere certa quantidade da nossa produção. A Companhia vende somente para o consumo interno.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Qual quer que seja a produção haverá consumo.

O SR. MELO VIANA — Estamos importando duas vezes mais do que produzimos. A produção é calculada em 5.000 toneladas e o consumo chega a 12.000. São Paulo é o maior consumidor. Fizemos um levantamento de todas as indústrias daquele Estado e ficamos sabendo o consumo de cada uma. Comumente vemos revistas especializadas, dando anúncios sobre a maior fábrica de alianças da América do Sul. Porém, essa fábrica nunca nos comprou uma grama sequer. Aonde vai buscar isso?

O SR. JOSE ERMÍRIO — Que providências poderiam ser tomadas, para colir a importação clandestina de ouro?

O SR. MELO VIANA — Certa época, quando a comercialização do ouro era muito dificultada, procuramos o Departamento Federal de Segurança Pública — Setor de Contrabando — e tivemos a melhor boa vontade daquele órgão. Prestamo-lhe também todas as informações solicitadas.

O SR. JOSE ERMÍRIO — V. Ex.ª tem alguma sugestão sobre isto para a Comissão?

O SR. MELO VIANA — Poderia apresentar sugestões, mas verbalmente seria difícil. Poderia fazê-lo depois. Há um capítulo na minha exposição, que fala sobre o assunto. Naturalmente, tenho uma posição delicada. Posso dar informações até certo ponto e depois torna-se um caso de polícia e não posso comprometer-me.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Os Senhores têm tido apoio dos bancos nacionais, do Banco do Brasil, por exemplo?

O SR. MELO VIANA — Nenhum do Banco do Brasil. Com relação ao problema da subvenção, que aliás é feita através do Ministério da Fazenda, tive no ano passado, por exemplo, um problema muito difícil; o do 13º

mês de salário. A lei saiu em julho e fomos apanhados de surpresa. Fomos ao Banco do Brasil. Precisávamos de cerca de Cr\$ 100.000.000,00. Tínhamos em depósito naquele banco em letras de exportação Cr\$... 60.000.000,00. Conseguimos com muito custo Cr\$ 25.000.000,00 de empréstimo, para atender aquela necessidade. Este ano não tivemos nada e a alegação é a de que o Banco só trataria com seus clientes que apresentassem duplicatas. Ora, somos industriais de ouro, vendemos à vista, e não temos duplicata.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Os bancos mineiros têm auxiliado, têm socorrido a empresa?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Os bancos mineiros de modo geral. Outra coisa que não poderia deixar de tratar nesta reunião é o seguinte: existe, com relação à indústria de ouro, uma lei que diz que "nenhum imposto poderá ser cobrado a partir de determinada data, aliás, não poderá ser aumentado imposto das empresas que exploram o ouro no Brasil". Este fato também consta do meu relatório. Em 1961 houve um aumento na pauta da exportação de minérios e fomos intimados a pagar um aumento da produção, segundo a autuação que recebemos. Acharmos que não devíamos esse imposto, porque existe essa lei, segundo a qual os impostos não poderiam ser aumentados durante vinte anos. Fizemos vários recursos e só agora, com o novo Diretor das Rendas do Ministério da Fazenda, é que foi verificado e reconhecido o nosso direito. Ao mesmo tempo fomos autuados para pagar o imposto de consumo. Fomos obrigados a requerer mandado de segurança, que ganhamos. Esses dois impostos foram lançados de 1961 a 1963 e somados deram um total de quinhentos milhões de cruzeiros. Ora, existindo essa lei, representava para nós um prejuízo muito grande ter que pagar esse imposto. O imposto de minério a Companhia pagava Cr\$ 300.000,00 por mês, em média. De um ano para outro esse imposto passou para Cr\$... 10.000.000,00 por mês. Isso tem um efeito grande sobre aqueles que querem investir na indústria do ouro. O indivíduo parte do princípio de que a indústria tem essas vantagens e depois elas desaparecem.

O receio é este: o direito foi reconhecido, hoje, por via do mandado de segurança, mas, amanhã, será uma incógnita, justamente por esse antecedente.

O Brasil necessita de uma legislação que objetive o aumento da produção aurífera, e para este capítulo

encareço a maior atenção dos Senhores Senadores, a fim de que fique bem esclarecido.

O SR. JULIO LEITE — Faça questão de que fique bem esclarecido este ponto.

O SR. PRESIDENTE — Seria interessante que o Dr. Fernando Melo Viana apresentasse a esta Comissão, por escrito, as suas sugestões.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Atenderei a V. Ex.ª com a maior satisfação.

O Conselho Executivo da SUMOC elaborou um trabalho que, posteriormente, foi objeto de mensagem ao Congresso Nacional, nos últimos dias do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse trabalho foi executado com extrema minúcia e muita consciência.

O SR. PRESIDENTE — Não poderia ser fornecido a esta Comissão? Pretende esta Comissão superir medidas legislativas tendentes a conceder o máximo de facilidades a todo investimento destinado a aprimorar a indústria do ouro em nosso País.

O SR. JOSE ERMÍRIO — Há um assunto que desejava fosse esclarecido, porque frequentemente sou interpelado nesta Comissão. O capital atual da Companhia foi pago à HANNA pela importância correspondente ao seu capital, ou houve redução?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Conforme tive ocasião de declarar, a Companhia passava por um período deficitário...

O SR. JOSE ERMÍRIO — A Companhia cedeu gratuitamente?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Não. Há dois anos, fiz uma exposição pormenorizada sobre o assunto perante uma comissão parlamentar da Câmara dos Deputados.

Foram estas as declarações que prestei à C.P.I. da Câmara dos Deputados, publicadas no "Jornal do Brasil", de 6 de junho de 1961, sob o título: "Melo Viana esclareceu aos Deputados: Ferro e Manganês".

O SR. JOSE ERMÍRIO — Folgo em ouvir as declarações do Dr. Fernando Melo Viana, porque frequentemente sou indagado de como se processou a transação e fico feliz porque sempre disse que o brasileiro é um homem inteligente. Desejo que S. S.ª, à frente da Companhia de Morro Velho, consiga transformar o Brasil num país produtor de ouro, mencionado nas estatísticas mundiais.

O SR. PRESIDENTE — Todo o mundo supõe que no Brasil haja abundância de ouro.

O SR. JULIO LEITE — Já fomos o maior produtor no Século XVIII.

PRODUÇÃO ESTIMADA DE OURO EM 1961

PAÍS	Variação percentual em relação a:		
	Em milhões de dólares	1960	1953
Africa do Sul	\$ 802	7%	92%
Canadá	155	4	9
Estados Unidos	53	9	23
Austrália	38	—	—
Ghana	31	—	20
Rodésia do Sul	21	7	10
Todos os demais países	100	4	19
	\$ 1.215	3%	43%

() Exclusive Rússia, China Continental e países nas respectivas esferas, zonas essas para as quais não foram divulgados dados.

Tal como em anos anteriores, a elevação da produção mundial de ouro pode ser atribuída fundamentalmente ao aumento verificado na África do

Sul que agora é responsável por duas terças partes da produção mundial, não computada a Rússia. Novas e ricas jazidas, técnicas aperfeiçoadas e a produção em associação como o urânio explicam essa expansão. Nos demais países, a produção tendeu a decair.

A produção da Rússia é, diversamente estimada, pelos observadores ocidentais, em US\$ 350-600 milhões, por ano, e os prognósticos em torno das reservas de ouro da Rússia variam entre US\$ 4 e US\$ 9 bilhões.

Pela primeira vez em muitos anos, a China Continental, declaradamente vendeu ouro na Europa Ocidental, para cobrir um "déficit" da sua balança de pagamentos.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de mais 2 bilhões de dólares a receita de 1953.

Exmo. Senhor Professor Santiago Dantas D.D. Ministro da Fazenda.

Conhecendo o seu constante empenho em estudar os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social do país e mais particularmente de Minas Gerais, já tive várias oportunidades de expor ao Ilustre amigo o esforço que a Mineração Morro Velho vem desenvolvendo no sentido de solucionar os graves e ímportantes problemas dessa natureza na região de Nova Lima, somente comparáveis com os existentes no Nordeste do Brasil.

Nesse sentido permito-me anexar a presente o "Plano de aumento de produção e de diversificação das atividades da Mineração Morro Velho", onde se destaca o empreendimento de instalação de uma Usina Metalúrgica.

Depois de todo esse planejamento técnico, econômico e financeiro, e exatamente no momento que praticamente só faltava o deferimento de empréstimo para iniciar as obras, recebi do Banco Interamericano uma carta cuja cópia fotostática anexo a esta, onde me comunica que apesar de "grande mérito do empreendimento", seria protelido por outros de mais alta prioridade.

Desejo ainda esclarecer ao prezado amigo, que através de informações seguras obtidas pelo nosso representante nos Estados Unidos, que, se entretanto o Governo Brasileiro manifestasse ao referido Banco, positivo interesse na execução desse projeto, principalmente pelo seu alto sentido social, — que seria restabelecida a prioridade para concessão do empréstimo.

Assim sendo, e considerando não somente o enorme esforço já despendido pela Companhia, mas principalmente a grande importância desse projeto na solução dos graves problemas sociais da região de Nova Lima e finalmente também as suas vantagens para o desenvolvimento econômico do país, com apreciável economia da vida, venho solicitar ao prezado amigo com todo o empenho, intervir, se possível durante sua estadia nos Estados Unidos, junto a direção do BID para que seja restabelecida a prioridade acima referida.

Ao finalizar essa solicitação, não posso deixar de consignar a nova era de harmonia e compreensão criada entre empregador e operários em Nova Lima e o ambiente de satisfação aí existente pela realização do plano de industrialização e que são de seu conhecimento.

Desde já, desejo expressar ao prezado amigo, os mais vivos agradecimentos pela atenção que venha dispensar a esse assunto do maior interesse também para a coletividade de Nova Lima para o Estado de Minas Gerais e para o País.

Com o mais alto apreço e estima, subscrevo-me. — *Fernando de Souza Mello Vianna*, Diretor-Presidente.

"PLANO DE AUMENTO DE PRODUÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DA MINERAÇÃO MORRO VELHO S. A."

1) Aumento de 50% de sua produção de ouro visando melhorar sua produtividade, atenuando os efeitos do excesso de mão de obra, evitando sua dispensa, e aumentando anualmente,

divisas do País.

2) Instalação de uma Fábrica de Produtos Alimentícios, dando emprego principalmente a mão de obra feminina.

3) Instalações de recuperação de arsênico como sub-produto proveniente do minério de ouro, com a inestimável vantagem de sua aplicação na indústria química nacional para fabricação de inseticidas, vidros, etc., com substancial economia de divisas para o País, e concorrendo para o fomento da sua produção agro-pecuária.

4) Instalação de uma Usina Metalúrgica com finalidade principal de produzir ferro-ligas especiais, silício metálico e abrasivos metálicos, indispensáveis ao progresso da indústria siderúrgica, indústria automobilística e consequentemente à própria segurança nacional, economizando ao país, cerca de 6 milhões de dólares anualmente.

Para concretização do primeiro item desse programa, isto é, o aumento de 50% de sua produção de ouro, a Companhia além de ter executado várias obras de engenharia de minas e civis, já adquiriu no exterior equipamentos no valor de US\$ 850.000,00 dólares, que deverão entrar em funcionamento no próximo ano.

Quanto à Fábrica de Produtos Alimentícios, já iniciará sua produção no correr do mês de outubro de 1952, e onde foram investidos cerca de US\$ 60.000.000,00, dando inicialmente trabalho a cerca de 100 moças.

Relativamente à fabricação de armadamente ao toneladas mensais e sênico já estamos produzindo aproximadamente o primeiro trimestre do ano vindouro já deveremos atingir cerca de 200 toneladas mensais, que representarão uma economia anual para o País de cerca de 1.000.000 de dólares.

Finalmente em relação à Usina Metalúrgica que irá empregar aproximadamente 1.500 operários, a Companhia depois de detalhados estudos econômicos e da elaboração do projeto técnico, os submeteu, no ano passado, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento em Washington, que os aprovou, e deste pleiteou, um empréstimo de US\$ 2.400.000,00 dólares, quase todo para importação de equipamentos. — Além disto, foi prevista a participação de capital e adjudicação de propriedades da Mineração Morro Velho e seus associados (Companhias Mineradoras e Siderúrgicas consumidoras), perfazendo um total aproximado de US\$ 6.000.000,00 de dólares de inversões, no citado empreendimento.

O OURO

A Importação Ilegal do Ouro e Suas Gravíssimas Consequências

O Brasil em 1944, segundo estatística oficial, produziu 5.000 kgs. de ouro consumidos no País.

Atualmente, de acordo com dados não oficiais, mas baseados em informações de órgãos especializados e que tratam diretamente com o assunto do ouro, o consumo, somente no Estado de São Paulo, é bastante superior a 12.000 kgs. por ano, justificado pelo aumento do standard da vida no Estado e sua prodigiosa expansão industrial, (apuramos que somente 150 indústrias entre médias e grandes consomem cerca de 1.000 kgs. mensais).

Entretanto, enquanto se verificou esse acréscimo de consumo, a produção nacional caiu para 4.000 kgs. de ouro em 1950, desestimulada que foi e está sendo pelo contrabando que importando fraudulentamente o ouro, pode oferecê-lo por preço inferior ao da indústria extrativa nacional.

Atualmente a indústria destinada a São Paulo cerca de 50% de sua produção, isto é, mais ou menos 2.000 kgs. por ano, sendo a diferença de 10.000 kgs. suprida pelo contrabando, com as consequentes prejuízos ao erário, de cuja grandeza procuraremos dar uma idéia.

I — O contrabandista com o dólar adquirido na praça, compra o ouro no estrangeiro a razão de aproximadamente US\$1.160 o kg. de ouro. Em um ano, portanto, para adquirir 10.000 kgs. de ouro, ele encaminha para o estrangeiro cerca de 12 milhões de dólares.

Já aí vemos o primeiro prejuízo no País, que numa época de absoluta carência de divisas sofre a estada de doze milhões de dólares por ano.

II — A importação de ouro, embora isenta do imposto alfandegário está sujeita ao regime da licença prévia e à licitação do dólar na categoria especial. Considerando a última licitação nessa categoria, verifica-se que o dólar por dólar americano foi de Cr\$ 600,00.

Portanto, necessariamente, o erário tem um prejuízo de Cr\$ 600,00 cada dólar empregado no contrabando de ouro que se traduz Cr\$ 600,00 x US\$ 12.000,00 = Cr\$ 7.200.000.000,00 ou sete bilhões novecentos e vinte milhões de cruzeiros que deixam de entrar para os cofres do Banco do Brasil.

Evidentemente, se essa importação de ouro passasse a ser feita por via legal, cairia seu montante, não só pela limitação do número de dólares oferecidos nos leilões para atender a categoria especial, mas também, em razão do alto preço com que se apresentaria no mercado. Todavia, consequências benéficas se verificariam. Seria um estímulo à indústria extrativa nacional, a renda estadual e federal cresceriam expressivamente deixaria de existir a evasão de dólares.

III — O ouro que entra no País por meio de contrabando percorre um ciclo completo na sua ilegalidade, dando, assim, prejuízos ao Governo Federal e Estadual. Senão vejamos:

O ouro contrabandeado passa das mãos do contrabandista ao atacadista que o vende o varejista ou ao consumidor, que por sua vez transforma-o em objeto (jóias, utilidades etc.). Todas essas operações deixam de ser registradas uma vez que não podem ser evidenciadas suas origens e, em consequência, são feitas com sonegação dos impostos de consumo e de vendas e consignações.

Sendo o imposto de consumo de 16% sobre o valor da venda do objeto de ouro, que por sua vez tem seu preço elevado, face ao justo de mão-de-obra, lucro percentual do industrial, etc., para levantarmos o valor aproximado do imposto de consumo sonegado nesses objetos, basta calcularmos em cruzeiros o valor do ouro contrabandeado acrescidos de 100% para a mão-de-obra e lucros, e verificarmos a incidência de 16%.

Assim, teremos que, baseado no preço de venda do ouro pela indústria extrativa nacional, isto é, em Cr\$ 357,00 a grama: Cr\$ 357,00 x 10.000.000 gramas = Cr\$ 3.570.000.000,00.
Cr\$ 3.570.000.000,00 x 2 =
Cr\$ 7.140.000.000,00.
Cr\$ 7.140.000.000,00 + 100 x 16 = 1.142.000.000,00

Ou sejam: Um bilhão, cento e quarenta e dois milhões de cruzeiros sonegados ao

imposto de consumo no Estado de São Paulo, tendo como causa a importação ilegal do ouro.

IV — O imposto de vendas e consignações no Estado está fixado em 4,8% para cada transação comercial. O ciclo que percorre o ouro introduzido ilegalmente no País, passa o das mãos do contrabandista para o atacadista e deste para o industrial ou comerciante e do último para o cidadão que já adquire o ouro formado em jóia ou utilidade e como já anteriormente dissemos, isto sem qualquer registro legal e com a sonegação dos impostos de toda natureza. Esse ciclo chega a seu fim sempre depois de três a quatro operações de compra e venda, resultando daí que em cada uma delas, o Estado é sonegado em 4,8%, sendo que na última a sonegação é em dobro, tendo em vista que o ouro transformado objeto (ouro + custo + lucro) é vendido, na pior das hipóteses, pelo dobro do seu valor.

Tomando apenas três operações, veremos que o Estado perde 19,2% (4,8% x 4) sobre Cr\$ 3.570.000.000,00 (Cr\$ 357,00 x 10.000.000 grs.), ou seja: Cr\$ 685.440.000,00 (seiscientos e oitenta e cinco milhões e meio de cruzeiros), que são sonegados no seu imposto de vendas e consignações.

Em conclusão podemos afirmar que a importação ilegal do ouro, considerando somente o que é consumido em São Paulo traz consigo um prejuízo ao erário público da ordem de vários bilhões de cruzeiros por ano e afilia a indústria extrativa nacional que, sem uma medida enérgica do poder público, certamente tenderá a desaparecer, criando sérios problemas sociais e políticos, quando ao contrário devia ser amparada e estimulada para aumentar sua produção. Urga, portanto, que o Governo por qualquer forma ampare a indústria nacional do ouro, como fazem todos os outros países produtores e simultaneamente inicie uma campanha de repressão ao contrabando exercido abertamente em proporções absolutamente nocivas aos interesses nacionais.

Salientamos ainda, que o Governo do Estado da Guanabara, em contato com o mesmo problema, embora em menor vulto, vem enfrentando-o com grande firmeza, tendo determinado ao Departamento de Renda Mercantil que constituísse um grupo de trabalho formado por inspetores e fiscais, escolhidos pela sua probidade e capacidade de trabalho, os quais em poucos dias já canalizaram alguns milhões de cruzeiros para os cofres do Estado e determinado à Chefia de Polícia que prestasse toda colaboração a esse serviço de repressão de crime contra o erário público.

O CONTRABANDO DE OURO CAUSA PREJUÍZO DE US\$ 30 MILHÕES.

Da Sucursal

BRASILIA, 18 — "Enquanto o País atravessa uma das piores crises de divisas de toda a sua história, somente o contrabando de ouro nos leva cerca de 30 milhões de dólares" — ressaltou o superintendente da Polícia Federal, Sr. Antônio Dutra Ladeira, no relatório encaminhado hoje ao Coronel Carlos Cairoli, Chefe do DFSP, sobre o contrabando de ouro.

Os dados do relatório mostram ainda que 27 milhões de ouro por ano entram clandestinamente no País.

E a seguinte a íntegra do relatório do Sr. Dutra Ladeira:

"O contrabando de ouro em nosso País atingiu proporções alarmantes. Anualmente, a Fazenda Pública tem prejuízo de vários bilhões de cruzeiros somente com o contrabando de importação de ouro.

Muitos milhares de quilos desse metal precioso são empregados todos os anos, sem o conhecimento do fisco,

Importação de ouro

Estão catalogados no art. 56 e seus parágrafos, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 (Lei de Tarifas), que deu nova redação ao art. 7.º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, os bens e mercadorias de origem estrangeira que podem entrar no território nacional, independente de licença e de cobertura cambial obtida em licitação de divisas.

Não consta em nenhum de seus itens poder o ouro entrar livremente no País, sem licenças da CACEX e sem cobertura cambial, qualquer que seja a forma pela qual se apresente: "em bruto, em barra, lingotes e semelhantes, esponja, pó e resíduos de obra, semimanufaturados, com ou sem suporte".

O que se diz aí é que esses produtos de ouro — e somente esses — gozam de isenção de direitos aduaneiros, porque "qualquer outro", consoante diz a lei, está sujeito à taxa de 20 por cento *ad valorem*.

Se bem que isenta de impostos aduaneiros, a importação do ouro, sob essas formas, está condicionada a licença da CACEX (Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953), e dependência, também, da respectiva cobertura cambial (Decreto nº 34.893, de 5 de janeiro de 1954 — art. 27), pois, é na concessão da licença que se vai examinar se o ouro a ser importado está incluído no inciso em que a libera de direitos aduaneiros ou se está sujeito à taxa de 20 por cento *ad valorem*.

Se a lei assim o dispõe, por que então aqueles, que o importam, não o submetem à fiscalização da Alfândega, juntamente com sua bagagem? Simplesmente por que o artigo 17 da mencionada Lei nº 3.244, diz expressamente que a bagagem que o passageiro poderá trazer ao entrar no território nacional, ou seja: a) roupas e objetos de uso comum pessoal; b) roupas de cama e mesa com monograma; c) jóias de uso pessoal; d) livros impressos; e) aparelhos de rádio, aparelho de televisão, máquina fotográfica ou de filmar, máquina de escrever de tipo portátil e peso unitário e dez quilogramas; em unidade por objeto.

Qual o motivo por que aqueles que entram com esse ouro importado e clandestinamente o escondem à fiscalização das autoridades fazendárias nos Estados onde negociam?

Tô que adquirem no País uma pequena quantidade de ouro a quem o pode vender licitamente, para obter e nota fiscal correspondente e, em seguida, vender no mercado negro, por quantidades várias vezes superior a que adquiriram legalmente? Se a importação era legal, por que então usar esse artifício doloso?

Por que não exhibir abertamente aos agentes aduaneiros e fiscais ouro importado?

Fôr a essa importação livre, isto é, isenta de direitos aduaneiros, acrescentada, também, a licença da CACEX e de prévia cobertura cambial concedida no leilão de divisas da categoria especial, e seus beneficiários poderiam, ex-bibita, sem receio, às autoridades alfândegas e fiscais.

Por que não o fazem? Por que não invocam o art. 142, da Constituição Federal, segundo o qual, em tempo de paz, qualquer pessoa poderá entrar no território nacional com seus bens?

Simplesmente porque não desconhecem que tal dispositivo condiciona a entrada desses bens a que sejam "reputados os precisos da lei".

Esses precisos, constituídos pelas leis nºs 3.244 de 14 de agosto de 1957, 2.145, de 29 de dezembro de 1953

pelo Decreto nº 34.893, de 5 de janeiro de 1954, pelas instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito, estabelecem que a importação do ouro se faça com licença da CACEX e com prévia cobertura cambial.

Produção Nacional

A produção nacional de ouro provém das seguintes fontes:

1) Mineração Morro Velho, S.A., com sede em Nova Lima (MG), operando na mina de Morro Velho; 2) Companhia Minas de Passagem, com sede em Mariana (MG); 3) Dragagem de Ouro Ltda., que opera no Rio das Velhas (MG).

De conformidade com a legislação vigente, a primeira é obrigada a fornecer ao Banco do Brasil um terço de sua produção e as demais um quinto.

Do relatório do Banco do Brasil, de 1961, consta ter aquele estabelecimento oficial de crédito recebido as seguintes quotas de ouro:

Da Mineração Morro Velho S.A., da Cia. Minas da Passagem e da Dragagem de Ouro Ltda., um total de 1.496.984.085 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e quatro, zero oitenta e cinco) gramas de ouro, no valor de Cr\$ 3.5.066.805.90 (trezentos e quarenta e cinco milhões e sessenta e seis mil e oitocentos e cinco cruzeiros e noventa centavos).

Por essa tabela se calcula que a produção anual de ouro foi, aproximadamente, a seguinte: Mineração Morro Velho, S.A. — 4.258 quilos; Companhia Minas da Passagem — 128 quilos; Dragagem de Ouro Ltda. — 258 quilos; total da produção nacional — 4.644 quilos.

Considerando que deste total foram entregues, compulsoriamente, ao Banco do Brasil 1.496 quilos, temos que foi colocado à disposição do mercado livre do País, pelas três companhias produtoras, um total de 3.129 quilos.

Consumo Nacional

Depois de longas e demoradas investigações e de informações colhidas em fonte idôneas, podemos concluir que as indústrias nacionais de jóias se abastecem de ouro adquirido apenas 10 por cento das fontes produtoras nacionais, sendo que os 90 por cento restantes, que correspondem a aproximadamente 27.030 (vinte e sete mil) quilos, entram no País clandestinamente ocasionando grandes prejuízos à Fazenda Nacional, conforme procuraremos demonstrar.

Saltante-se que nesse total não se computou a produção clandestina proveniente das inúmeras pequenas lavras espalhadas por todo o Território Nacional, cujo volume preciso não se conhece, e que acarreta, também, grandes prejuízos para os cofres da União e dos Estados. Essa produção clandestina, que é bastante grande, é lançada, uma parte em mercado nacional e outra é contrabandeada. É o que acontece, por exemplo, com o ouro produzido no Território do Rio Branco, onde uma porção é lançada nas praças do Rio e São Paulo, sem conhecimento do fisco, e a outra, é desviada através da Guiana Inglesa.

Como é sabido, o preço médio dos produtos de ouro corresponde a aproximadamente duas vezes o valor do ouro nelas empregado.

Não é difícil comprovar, por outro lado, que a metade da produção das lavras de jóias é vendida diretamente para os joalheiros; enquanto que a outra metade é distribuída por redes de atacadistas.

Pelo quadro abaixo se pode ter uma idéia da sonegação de impostos pro-

venientes do emprego de ouro na indústria joalheira:

Estimativa da Evolução

Preços de venda e fôas

a) 13 12 1/2 a Cr\$ 430.000.000 vezes 2, 11.610.000.000; 21 por cento de impostos (16 por cento fed. mais 5 por cento vendas e consig.), 2.438.100.000; do fabricante ao atacadista (joalheiro), 14.048.000.000; 30 por cento (despesas mais lucro), 4.214.430.000; total, 18.252.530.000.

b) vendas e consignações, 5 por cento, 913.126.500; 16 por cento Imp. Fed. sobre 4.214.430.000, mais 913.126.500, 820.409.040; primeiro intermediário (do atacadista ao joalheiro, ou do joalheiro ao público), 13.993.065.540; 30 por cento (despesas mais lucro), 5.998.819.662; total, 25.994.885.202;

c) vendas e consignações, 5 por cento, 1.299.744.260; 16 por cento Imp. Fed. sobre 5.998.819.662 mais 1.299.744.260, 1.167.770.227; segundo intermediário do joalheiro ao público, 28.462.399.689; 13 1/2 tcn. de jóias (ouro), 28.462.399.689; 13 1/2 toneladas de jóias (ouro), 19.996.065.540; total geral, 48.458.435.229.

A avasão de impostos, segundo a fórmula dois, é a seguinte: duas vezes 2.438.100.000 é igual a 4.876.200.444; duas vezes a soma, 913.126.500 mais 820.409.040 é igual a 3.467.071.080; 1.299.744.260 mais 1.167.770.227 é igual a 2.467.51.487; total, 10.810.785.567.

Este total compreende Cr\$ 6.523.788.307,00 de Imposto Federal e Cr\$ 4.286.997.260,00 Vendas e Consignações.

Os impostos oneram as jóias em 10.810.785.567 vezes, com sobre 48.458.435.229 menos, 10.810.785.567 igual a aproximadamente 28,7 por cento.

Deve-se notar que o quadro retro somente faz menção ao ouro empregado na confecção de jóias. Não se computou a quantidade desse metal empregado em ligas diversas ou utilizado pelos dentistas, que é bastante ponderável.

Importação Clandestina

Muito maior do que a sonegação de impostos é o prejuízo que tem o País com a importação clandestina do ouro.

Se considerarmos que as 27 toneladas de ouro entradas ilegalmente no País foram adquiridas no Exterior a 1.160 dólares o quilo, com o dólar negociado ao câmbio livre, teremos que foram necessários 31.320.000 dólares (1.160/27.030) para manter esse vergonhoso fluxo de ouro contrabandeado.

Enquanto o País atravessa uma das piores crises de divisas de toda a sua história, somente o contrabando de ouro nos leva cerca de 30 milhões de dólares.

Como esse grande volume de ouro não é importado segundo o regime de licença prévia e licitação do dólar na categoria Especial, é fácil verificar que nesta importação fraudulenta o prejuízo acarretado ao País é superior à receita total de muitos dos principais Estados da Federação.

Ao giro de Cr\$ 660,00 por dólar, a importação de 27.000 quilos de ouro carreariam para o erário nacional a importação de Cr\$ 20.671.200.000,00 (31.320.00 x 660,00).

Resumindo, chegamos à conclusão de que são os seguintes os prejuízos anuais à Fazenda Pública, com a importação ilegal de ouro:

1) imposto federal — Cr\$ 6.523.788.307,00; 2) vendas e con-

signações — Cr\$ 4.286.997.260,00; 3) evasão de divisas — US\$ 31.320.000 ou Cr\$ 20.671.200.000,00.

Além desses prejuízos, de fácil constatação, deve-se considerar também os decorrentes da evasão dos impostos sobre a renda, uma vez que sendo ilegais mais de 90 por cento das operações de comércio do ouro, escapam ao controle das repartições arrecadadoras, tornando-se difícil o cálculo desse montante.

Como vemos, a situação do comércio de ouro no País é muito grave. Enquanto as indústrias que trabalham com ouro utilizam mais de 90 por cento desse metal entrado licitamente no País, as minerações nacionais legalizadas, que recolhem aos cofres públicos todos os impostos e taxas que incidem sobre a sua produção, estão, ao que fomos informados, com grandes quantidades de ouro, estocadas à espera de comprador.

A razão da existência dessas estoques se explica facilmente pelo fato do ouro produzido por essas minerações não poder competir com o ouro contrabandeado e o produzido pelas cotas, que não sofrem a incidência de impostos e taxas, como ocorre com o primeiro.

Essas irregularidades, já por várias vezes denunciadas pela imprensa, do País, têm criado até mesmo problemas de caráter social para as empresas já citadas no início deste relatório, que se vêem impossibilitadas de conceder aumento a seus empregados, o que poderá dar ensejo a eclosão de movimentos grevistas.

Urge, portanto, sejam adotadas urgentes providências tendentes a pôr um parafuso a este contrabando, através de uma fiscalização mais rigorosa nos locais em que são realizadas as lavras ou cotas.

Convém, também, seja exercida maior vigilância por parte do fisco sobre o consumo do ouro, principalmente nas joalherias do Rio e São Paulo.

Fiz a citação disso para mostrar que há possibilidade de melhoria.

O SR. JOSÉ FERREIRO — A Nicaragua tem maior produção que o Brasil.

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Nós, da Mineração Morro Velho, nos sentiríamos muito felizes se os Srs. Senadores quisessem fazer-nos uma visita.

O SR. JOSÉ FERREIRO — O Presidente da Comissão deseja marcar o dia. Nós deveríamos auxiliar as empresas brasileiras que lutam com dificuldades e querem crescer.

Ficamos satisfeitos em ouvir a sua exposição porque verificamos que a Mineração Morro Velho está nas mãos de brasileiros e se orienta por uma melhoria de produção, com equipamentos novos.

Gostaria de fazer uma última pergunta: ouve melhoria de rendimento na recuperação de minérios? De quanto?

O SR. FERNANDO MELO VIANA — Houve. Passamos de 87 a 93. Foi uma melhoria de 6% e, como V. Exa. sabe, isto representa muito.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço ao Sr. Fernando Melo Viana os esclarecimentos que trouxe e espero que, na medida das necessidades, possamos nos dirigir aos senhores para conseguir o grande resultado que se espera desta Comissão.

Está levantada a sessão.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a Reunião às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSL — SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Rui Palmeira (UDN — RJ).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — RJ).
Terceiro-Secretário — Adalberto Sena (PTB — ACRE).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
Primeiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN — PI).
Segundo-Suplente — Guido Mondin (PSD — RJ).
Terceiro-Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guimaraes Acre (em exercício).
2. Eugênio Barros — Maranhão.
3. Lobão da Silveira — Paraíba.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Sebastião Archer — Maranhão.
6. Victorino Freire (em exercício e Suplente, Sr. Miguel Lins) — Maranhão.
7. Sigefredo Pacheco — Piauí.
8. Menezes Pimentel (em exercício o Suplente, Sr. Waldemar de Alcântara).
9. Wilson Gonçalves — Ceará.
10. Walfrido Gurgel — Rio Grande do Norte.
11. Ruy Carneiro — Paraíba.
12. Leite Neto — Sergipe.
13. Antônio Balbino — Bahia.
14. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
15. Gilberto Marinho — Guanabara.
16. Moura Andrade — São Paulo.
17. Atílio Fontana — Santa Catarina.
18. Guido Mondin — R. G. Sul.
19. Benedito Valadares — Minas Gerais.
20. Flinto Müller.
21. José Feliciano — Goiás.
22. Juscelino Kubitschek — Goiás.
23. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Passos — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Edmundo Levi — Amazonas.
5. Artur Virgílio — Amazonas.
6. Antônio Juca — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Pericles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.
14. Nelson Maculan (licenciado sem substituição) — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná (em exercício o suplente, Sr. Melo Braga).
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Zaccarias de Assunção — Pará.
18. Joaquim Parente — Piauí.
19. José Cândido — Piauí.
20. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
21. João Agripino — Paraíba.
22. Rui Palmeira — Alagoas.
23. Eurico Rezende — Espírito Santo.
24. Afonso Arinos — Guanabara.
25. Bezerra Neto.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

1. Padre Calazans — São Paulo.

SENADO FEDERAL

LIDERANÇAS

I — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

Líder:

Barros Carvalho — (PTB) — (PE).

Vice-Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA).
Vasconcelos Torres — (PTB — RJ).

Jefferson de Aguiar — (PSD — ES).

Lobão da Silveira — (PSD — PA).
Artur Virgílio — (PTB — AM).
Bezerra Neto — (PTB — MT).

MINORIA

Líder:

João Agripino — (UL — PB).

Vice-Líderes:

Daniel Krieger — (UDN — RS).
Mem de Sá — (PL — RS).

PEQUENA REPRESENTAÇÃO

Líder:

Lino de Matos — (PTN — SP).

Vice-Líderes:

Aurélio Viana — (PSB — GB).

II — DOS PARTIDOS

PSD

Benedito Valadares — (MG).

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE).
Sigefredo Pacheco — (PI).
Walfrido Gurgel — (RG).

PTB

Líder:

Artur Virgílio — (AM).

Vice-Líderes:

Amaury Silva (licenciado) — (PR).
Vivaldo Lima — (AM).
Bezerra Neto — (MI).

UDN

Líder:

Daniel Krieger — (RS).

Vice-Líderes:

Eurico Rezende — (ES).
Padre Calazans — (SP).
Adolfo Franco — (PR).

PL

Líder:

Mem de Sá — (RS).

Vice-Líderes:

Aloysio de Carvalho — (BA).

PTN

Líder:

Lino de Matos — (SP).

Vice-Líderes:

Cattete Pinheiro — (PA).

PSP

Líder:

Miguel Couto — (RJ).

Vice-Líder:

Raul Giuberti — (ES).

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Adalberto Sena (PTB).
Rui Palmeira (UDN).
Gilberto Marinho (PSD).
Joaquim Parente (UDN).
Cattete Pinheiro (PTN).

Guido Mondin (PSD).
Vasconcelos Torres (PTB).

Reuniões Quartas-feiras: às 10 horas.

Secretário: Evandro Mendes Viana. Diretor-Geral.

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Vago.
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Eugênio Barros.
José Feliciano.

SUPLENTE

1. Atílio Fontana.
2. Pedro Ludovico.

P. T. B.

TITULARES

Nelson Maculan (licenciado).
Dix-Huit Rosado.
Raul Giuberti.

SUPLENTE

1. Eduard Calvão (*).
2. Aarão Steinbruch.
3. Vago.

U. D. N.

TITULARES

Lopes da Costa.
Antonio Carlos.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. João Agripino.

SUBSTITUTOS

Reuniões

Quartas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. Ney Passos Dantas. Auxiliar Legislativo PL-9.

(*) Em substituição do Senhor Nelson Maculan como titular.

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos (UDN).
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD).

COMPOSIÇÃO

P. S. D.

TITULARES

Jefferson de Aguiar.
Ruy Carneiro.
Lobão da Silveira.
Wilson Gonçalves.
Josaphat Marinho.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel (licenciado).
2. Leite Neto.
3. Benedito Valadares.
4. Aarão Steinbruch.

P. T. B.

TITULARES

Amaury Silva (licenciado).
Bezerra Neto.
Edmundo Levi.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo (*).
2. Silvestre Pericles.
3. Melo Braga.

U. D. N.

TITULARES

Aloysio de Carvalho.
Eurico Rezende.
Milton Campos.

10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR

(PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

(PTN)

1. Cattete Pinheiro — Paraíba.
2. Lauro de Matos — Sergipe.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

(PSB)

1. Aurélio Vianna — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA

RENOVADOR

(MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO

(PR)

1. Júlio Leite — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

(PDC)

1. Arnor de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.)	17
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.)	17
União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (P. L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (M. T. R.)	1
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

- 1º — Maioria (39) Membros):
PSD
PTB
2º — Minoria (17) Membros):
UDN
PL
3º — Pequenas Representações (9) Membros):
PTN
PSP
PSB
MTR
PR
PDC
Josaphat Marinho (Sem Legenda).

1. Aronso Arinos
2. Daniel Krieger
3. João Agripino

Reuniões

Quarta-feira, às 16 horas.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo PL-8.(**) Em substituição do Senhor
Amaury Silva, como titular.**Comissão
do Distrito Federal**

(7 MEMBROS)

Presidente — Lindo de Matos.
Vice-Presidente — Pedro Ludovico**COMPOSIÇÃO****P. S. D.****TITULARES**Menezes Pimentel.
Pedro Ludovico.
Lindo de Matos.**SUPLENTE**

1. Flinto Müller.
2. Eugênio Barros.
3. Heribaldo Vieira.

P. I. B.**TITULARES**Oscar Passos
Dix-Huit Rosado.**SUPLENTE**

1. Aarão Steinbruch.
2. Antônio Jucá

U. D. N.**TITULARES**Dinarte Mariz.
Eurico Rezende.**SUPLENTE**

1. Lopes da Costa
1. Zacharias de Assunção.

ReuniõesQuinta-feira às 10 horas.
Secretário: Juneta Ribeiro dos Santos,
Oficial Legislativo PL-8.**Comissão de Economia**

(9 MEMBROS)

Presidente — Flinto Müller (PSD).
Vice-Presidente — José Ernirio —
(PTB).**COMPOSIÇÃO****P. S. D.****TITULARES**Flinto Müller.
Eugênio Barros.
Atilio Fontana.
José Guimard (licenciado).**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar (*).
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer
4. Josaphat Marinho

SUBSTITUTOS

1. José Kairala

P. T. B.**TITULARES**José Ernirio.
Nelson Maculan (licenciado).
Júlio Leite**SUPLENTE**

1. Oscar Passos (**)
2. Bezerra Neto

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga
2. ...A Índice

U. D. N.**TITULARES**Adolfo Franco
Lopes da Costa**SUPLENTE**

1. José Candi.
 2. Zacharias de Assunção
- Reuniões: terça-feira — 16.00 horas
Secretário: Cid Buggel, Auxiliar
Legislativo PL-10

(*) — Em substituição do Sen-
hor José Guimard como
titular.
(**) — Em substituição do Sen-
hor Nelson Maculan como
titular.**Comissão
de Educação e Cultura**

(MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel

(PSD)

Vice-Presidente — Padre Calazans —
UDN)**COMPOSIÇÃO****P. S. D.****TITULARES**Menezes Pimentel
Walfredo Gurgel**SUPLENTE**

1. Benedito Valadarez
2. Sigefredo Pacheco

SUBSTITUTOS

1. Leite Neto

P. T. B.**TITULARES**Pessoa de Queiroz
Amaury Silva (licenciado)**SUPLENTE**

1. Vago.
2. Vago.

U. D. N.**TITULARES**Antonio Carlos
Padre Calazans
Mem de Sá**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

Reuniões: 4ªs-feiras — 15.00 horas
Secretário: Vera de Alvarenga Ma-
tra, Oficial Legislativo PL-7.**Comissão de Finanças**

(15 MEMBROS)

Presidente — Argemiro de Figuei-
redo — (PTB).Vice-Presidente — Daniel Krieger
— (UDN).**P. S. P.****COMPOSIÇÃO****TITULARES**Victorino Freire.
Lobão da Silveira.
Sigefredo Pacheco.
Wilson Gonçalves.
Leite Neto.**SUPLENTE**

1. José Guimard (licenciado).
2. Eugênio Barros.
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana.
5. Pedro Ludovico.

SUBSTITUTOS

1. José Kairala.

P. I. B.**TITULARES**Argemiro de Figueiredo.
Bezerra Neto.
Dix-Huit Rosado.
Pessoa de Queiroz.
José Ernirio.**SUPLENTE**

1. Nelson Maculan (licenciado).
2. Lindo de Matos
3. Amaury Silva (licenciado).
4. Aurélio Vianna.
5. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Edmundo Levi.
2. Melo Braga.

U. D. N.**TITULARES**Daniel Krieger.
Dinarte Mariz.
Irineu Bornhausen.
Lopes da Costa.**SUPLENTE**

1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Milton Campos.

MEMBROS**TITULARES**

Mem de Sá.

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho.
- Reuniões: 4ªs-feiras — 10.00 ho-
ras.

Secretário: Cid Buggel, Auxiliar
Legislativo, PL-10.**Comissão
de Legislação Social**

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima — PTB.
Vice-Presidente: — / Carneiro —
(PSD).**COMPOSIÇÃO****P. S. D.****TITULARES**Ruy Carneiro.
Walfredo Gurgel.
José Guimard (licenciado).
Raul Glubert.**SUPLENTE**

1. Leite Neto (L).
2. Lobão da Silveira.
3. Eugênio Barros
4. Júlio Leite

SUBSTITUTOS

1. Atilio Fontana.
2. José Kairala.

P. T. B.**TITULARES**Amaury Silva (licenciado).
Heribaldo Vieira.
Vivaldo Lima**SUPLENTE**

1. Aurélio Vianna (**).
2. Pessoa de Queiroz.
3. Antônio Jucá

SUBSTITUTOS

1. Melo Braga

U. D. N.**TITULARES**Eurico Rezende
Antonio Carlos

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

Reuniões: 4ªs-feiras às 10 horas.
SUPLENTESecretário: Vera de Alvarenga Ma-
tra, Oficial Legislativo, PL-7.(*) — Em substituição do Senhor
José Guimard como titular
(**) — Em substituição do Senhor
Amaury Silva como titular**Comissão
do Polígono das Sêcas**

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna
(PTB)**COMPOSIÇÃO****P. S. D.****TITULARES**Wilson Gonçalves.
Ruy Carneiro**SUPLENTE**

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

P. I. B.**TITULARES**Dix-Huit Rosado
Aurélio Vianna**SUPLENTE**

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Júlio Leite

U. D. N.**TITULARES**Dinarte Mariz
José Cândido**SUPLENTE**

1. João Agripino
2. Lopes da Costa

Reuniões: 5ªs-feiras — 10 horas
Secretário: Ney Passos Dantas
Auxiliar, Legislativo, PL-9.**Comissão de Redação**

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado
(PTB).
Vice-Presidente — Padre Calazans**COMPOSIÇÃO****P. S. D.****TITULARES**Walfredo Gurgel
Sebastião Archer**SUPLENTE**

1. Lobão da Silveira.
2. José Feliciano.

SUBSTITUTOS

1. Menezes Pimentel (licenciado)

P. T. B.**TITULARES**

Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

Heribaldo Vieira.

U. D. N.**TITULARES**Padre Calazans.
Júlio Leite.**SUPLENTE**

1. João Agripino.
2. Josaphat Marinho.

Reuniões: 4ªs-feiras às 16 horas
Secretário: Sarah Abrahão, Ofi-
cial Legislativo, PL-8.

Comissão de Relações Exteriores
(11 MEMBROS)
Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).
Vice-Presidente — Passos de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO
P. S. D.
TITULARES
Benedito Valladares.
Fulinto Müller.
Jefferson de Aguiar.
Aarão Steinbruch.
SUPLENTE
1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guilomard (licenciado).
4. Victorino Freire.

SUBSTITUTOS
1. José Kairaja.
P. T. B.
TITULARES
Pessoa de Queiroz.
Vivaldo Lima.
Eduardo Catalão.
SUPLENTE
1. Oscar Passos.
2. Argemiro de Figueiredo.
3. Antônio Jucá.

U. D. N.
TITULARES
Antônio Carlos.
José Cândido.
Padre Calazans.
Arnon de Melo.
SUPLENTE
1. Daniel Krueger.
2. Eurico Rezende.
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.
Reuniões: 5ªs-feiras — 15,00 horas.
Secretário: Castejon J. B. Branco.
Auxiliar Legislativo, PL-6.

Comissão de Saúde
(15 MEMBROS)
Presidente — Lopes da Costa (UDN).
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO
P. S. D.
TITULARES
Pedro Ludovico.
Sigefredo Pacheco.
SUPLENTE
1. Eugenio Bastos.
2. Walfredo Gurgel.
P. T. B.
TITULARES
Dix-Huit Rosado.
Suplentes
Antônio Jucá.
U. D. N.
SUPLENTE
Lopes da Costa.
Padre Calazans.

SUPLENTE
Raul Guberti.
Reuniões: Quintas-feiras — 15 horas.
Secretário: Eduardo Rui Barbosa.
Auxiliar Legislativo PL-10.

Comissão de Segurança Nacional
(7 MEMBROS)
Presidente — Zacarias de Assunção (UDN).
Vice-Presidente — Silvestre Pericles (PTB).

COMPOSIÇÃO
PSD
TITULARES
José Guilomard (licenciado).
Victorino Freire.
SUPLENTE
1. Ruy Carneiro.
2. Adolfo Fontana (*).
SUBSTITUTO
3. José Kairaja.
P. T. B.
TITULARES
Silvestre Pericles.
Oscar Passos.
SUPLENTE
1. Dix-Huit Rosado.
2. Vago.
U. D. N.
TITULARES
Irineu Bornhausen.
Zacharias de Assunção.
SUPLENTE
1. Adolfo Franco.
2. Eurico Rezende.
P. S. P.
TITULAR
Raul Guberti.
SUPLENTE
1. Miguel Couto.
Reuniões: Quintas-feiras — 16 horas.
Secretário: Alexandre Pfaender.
Oficial Legislativo PL-8.

(*) — Em substituição ao Sr. José Guilomard, como titular.
Comissão de Serviço Público Civil
(7 MEMBROS)
Presidente — Silvestre Pericles (PTB).
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).
COMPOSIÇÃO
PSD
TITULARES
Leite Neto.
Sigefredo Pacheco.
SUPLENTE
1. Victorino Freire.
2. Benedito Valladares.
PTB
TITULARES
Silvestre Pericles.
Nelson Maculan (licenciado).
SUPLENTE
1. Edmundo Levi.
2. Vago.
UDN
TITULARES
Antonio Carlos.

P. S. D. G. S. P.
Antonio Carlos.
Padre Calazans.
SUPLENTE
1. Dinarte Martins.
2. Lopes da Costa.
PL
TITULAR
Aloysio de Carvalho.
SUPLENTE
Mem de Sá.
Reuniões: Terças-feiras — 15,00 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.
Auxiliar Legislativo, PL-9.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas
(5 MEMBROS)
Presidente José Faiciano (PSD).
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

PSD
TITULARES
José Faiciano.
Sedastiao Archer.
SUPLENTE
1. Jefferson de Aguiar.
2. Fulinto Müller.
PTB
TITULARES
Bezerra Neto.
Lino de Matos.
SUPLENTE
1. Silvestre Pericles.
UDN
TITULAR
Irineu Bornhausen.
SUPLENTE
Zacharias de Assunção.
Reuniões: Quartas-feiras — 16,00 horas.
Secretário: Alexandre Pfaender.
Oficial Legislativo, PL-8.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961.
Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 58, 59, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal.
— organização administrativa do Distrito Federal;
— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
— regime de rendas do Distrito Federal;
— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;
— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;
— aplicação da cota do imposto de renda atribuída aos Municípios.
Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:
Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.
Nelson Maculan — designado em 15-5-1963.
Lobão da Silveira — designado em 23-4-1963.
Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.

SUPLENTE
Até 14-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 10-12-61;
Até 15-12-1963 — Requerimento nº 778-62, aprovado em 12-12-62.
Membros — Partidos
1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Pericles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krueger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 3, de 1961.
Altera o § 1º do art. 181 da Constituição Federal.
(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).
Eleito em 21-5-62, salvo os Srs. Senadores:
Lobão da Silveira.
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:
Até 15-12-1962 — Requerimento número 610-61 aprovado em 14-12-1961.
Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.
Membros — Partidos
1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Pericles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
D. C. N. 24-8-63 (S. I.) pág 2 132
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krueger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda a Constituição nº 4, de 1961.
Dá nova redação ao Item II do art. 95 da Constituição Federal. (Irreducibilidade dos vencimentos dos juizes).
Eleita em 27-6-61, salvo os Senhores Senadores:
Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963;
Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.
Prorrogações:
Até 15-12-1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-61;
Até 15-12-63 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedicto Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7 de 1961.

Da nova redação ao art. 65, item 1, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros.)

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:

- Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;
Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;
Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;
Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963;
Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;
Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;
Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 22 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Pericles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961.

Acrescenta item ao art. 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4 de 1961 que instituiu o sistema parlamentar de governo (Sobre a exoneração por proposta do Senado do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 5 de outubro de 1961, salvo os Senhores Senadores:
Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 30 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — Designado em 23 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — Designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — Designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — Designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — Designado em 23 de abril de 1962;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 2 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Jefferson de Aguiar — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PSB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição

Acrescenta dispositivo ao artigo 15 revoga o item V e o § 6º do artigo 19 substituiu o § 5º do artigo 19 e o art. 22 da Constituição

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs Senadores:

Barros Carvalho — Designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — Designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 28 de abril de 1963;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961;

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Müller — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961.

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinadas aos Municípios).

Eleita em 28.2.1962, salvo os Srs Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30.3.1962;

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 23.4.1963;

Silvestre Pericles — designado em 25.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Senadores — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Vago — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Lopes da Costa — UDN.
13. João Agripino — UDN.
14. Eurico Rezende — UDN.
15. Josaphat Marinho — S. legenda.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 11, de 1963.

Acrescenta parágrafos 4º e 5º ao art. 28 da Constituição Federal (Criação de novos Municípios).

Eleita em 28.3.1962, salvo os Srs Senadores:

Guido Mondin — designado em 29.10.1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23.4.1963;

Eurico Rezende — designado em 23.4.1963;

João Agripino — designado em 12.4.1963;

Cattete Pinheiro — designado em 23.4.1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — requerimento nº 784-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Pericles — PTB.
7. Nogueira da Gama — PTB.
8. Barros Carvalho — PTB.
9. Milton Campos — UDN.
10. Heribaldo Vieira — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. João Agripino — UDN.
13. Lopes da Costa — UDN.
14. Aloysio de Carvalho — PL.
15. Miguel Couto — PSP.
16. Cattete Pinheiro — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1962.

(Altera a redação do art. 193 da Constituição, referente a prioridade de concurso para a investidura em cargo inicial da carreira, instituindo a proibição de nomeações interinas).

Eleita em 10-5-1962, salvo os Srs Senadores:

Menezes Pimentel — designado em 15-5-1962;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23-4-1963;

Aurélio Vianna — designado em 23-4-1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 785-62, aprovado em 12-12-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Leite Neto — PSD.
6. Menezes Pimentel — PSD.
7. Silvestre Pericles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Eurico Rezende — UDN.
13. João Agripino — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Aurélio Vianna — PSB.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1962.

(Institui nova discriminação de rendas em favor dos Municípios brasileiros).

Eleita em 23-5-1962, salvo os Srs Senadores:

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

Leite Neto — designado em 23-4-1963;

Josaphat Marinho — designado em 23-4-1963;

Eurico Rezende — designado em 23-4-1963;

Prorrogação:

Até 15-12-1962 — Requerimento nº 706-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Lobão da Silveira — PSD.
5. Leite Neto — PSD.
6. Menezes Pimentel — PSD.
7. Silvestre Pericles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Milton Campos — UDN.
11. Heribaldo Vieira — UDN.
12. Josaphat Marinho — UDN.
13. Eurico Rezende — UDN.
14. Daniel Krieger — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1962.

(Dispõe sobre a data do plebiscito previsto na Emenda Constitucional nº 3).

Eleita em 19.7.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves
Leite Neto
João Agripino
Eurico Rezende e
Josaphat Marinho (designado em 23.4.1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — requerimento nº 787-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Wilson Gonçalves — PSD
3. Ruy Carneiro — PSD
4. Lobão da Silveira — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Silvestre Pericles — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. João Agripino — UDN
13. Eurico Rezende — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5 de 1962.

Dá nova redação ao art. 20 da Constituição.

(Determina a entrega aos Municípios de 30% da arrecadação dos Estados quando exceder as rendas municipais).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves
Leite Neto
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Miguel Couto (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — requerimento nº 789-62, aprovado em 12.12.62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Campos — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Miguel Couto — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1962.

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 60 da Constituição Federal.

(Aumenta para 4 o número de representantes dos Estados e do Distrito Federal no Senado).

Eleita em 13.9.1962, salvo os Srs. Senadores:

Josaphat Marinho
Wilson Gonçalves
Eurico Rezende
Julio Leite (designado em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 790-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Vago — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Josaphat Marinho — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Eurico Rezende — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Julio Leite — PR

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1962.

Revoga a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o sistema parlamentar de governo e o art. 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Eleita em 6.12.1962, salvo os Srs. Senadores:

Wilson Gonçalves
Eurico Rezende
Amaury Silva e
Raul Giuberti (designados em 23 de abril de 1963).

Prorrogação:

Até 15.12.1963 — Requerimento nº 791-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Pedro Ludovico — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Benedito Valladares — PSD
6. Menezes Pimentel — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Nogueira da Gama — PTB
9. Barros Carvalho — PTB
10. Milton Campos — UDN
11. Heribaldo Vieira — UDN
12. Eurico Rezende — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Mem de Sá — PL
16. Raul Giuberti — PSP

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1963.

Altera a redação do inciso IX do art. 157 da Constituição referente ao trabalho de menores e mulheres e ao trabalho em indústrias insalubres).

Designada em 23-4-1963.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Heribaldo Vieira — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Arthur Virgílio — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. João Agripino — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1963.

Altera os arts. 141, 146 e 147 da Constituição Federal (relatando ao direito de propriedade).

Designada em 23-4-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Silvestre Pericles — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Josaphat Marinho — S/legenda
16. Aloysio de Carvalho — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1963.

Dá nova redação aos artigos nºs 26 e 63 da Constituição Federal (administração do Distrito Federal e matéria da competência privativa do Senado).

Eleita em 2-5-1963

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Wilson Gonçalves — PSD
4. Menezes Pimentel — PSD
5. Leite Neto — PSD
6. Amaury Silva — PTB
7. Bezerra Neto — PTB
8. Vago — PTB
9. Eduardo Catalão — PTB
10. Vasconcelos Torres — PTB
11. Eurico Rezende — UDN
12. Milton Campos — UDN
13. Daniel Krieger — UDN
14. Aloysio de Carvalho — Pequenos Partidos
15. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1963.

Dá nova redação aos arts. 44 e 45 da Constituição Federal para conceder imunidade aos vereadores.

Designada em 20-5-1963

Senadores — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Ruy Carneiro — PSD
- Lobão da Silveira — PSD
- Wilson Gonçalves — PSD
- Menezes Pimentel — PSD
- Leite Neto — PSD
- Amaury Silva — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Pinto Ferreira — PTB
- Silvestre Pericles — PTB
- Adalberto Sena — PTB
- Eurico Rezende — UDN
- Milton Campos — UDN
- João Agripino — UDN
- Aloysio de Carvalho — PL
- Josaphat Marinho — S/legenda

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1963.

Dá nova redação ao item II o ao § 4º do artigo 19 da Constituição referentes ao Imposto de Vendas e Consignações:

1. Jefferson de Aguiar — PSD
2. Ruy Carneiro — PSD
3. Lobão da Silveira — PSD
4. Wilson Gonçalves — PSD
5. Menezes Pimentel — PSD
6. Leite Neto — PSD
7. Amaury Silva — PTB
8. Bezerra Neto — PTB
9. Vago — PTB
10. Humberto Neder — PTB
11. Argemiro de Figueiredo — PTB
12. Eurico Rezende — UDN
13. Milton Campos — UDN
14. Daniel Krieger — UDN
15. Aloysio de Carvalho — PL
16. Josaphat Marinho — Pequenos Partidos

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

(Criada em virtude da aprovação em 18.9.1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 685-63, do Sr. Senador José Ermirio)

(9 MEMBROS)

Membros — Partidos

- José Feliciano — PSD
- Atílio Fontana — PSD
- Eugenio Barros — PSD
- Jose Ermirio (Relator) — PTB
- Bezerra Neto — PTB
- Melo Braga — PTB
- Lopes da Costa — UDN
- Milton Campos — Presidente — UDN
- Julio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas.

(Criada em virtude da aprovação em 2.8.1963 do Requerimento nº 631-63, do Senador Golbach Vieira).

(5 MEMBROS)

Membros — Partidos

- Atílio Fontana (Presidente) — PSD
- Jose Feliciano (Vice-Presidente) — PSD
- Jose Ermirio Relator — PTB
- Adolpho Franco — UDN
- Aurelio Vianna — Pequenas Representações

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional.

(6 MEMBROS)

(Criada pela Resolução nº 11-63)

Membros — Partidos

- Jefferson de Aguiar — PSD
- Leite Neto (Presidente) — PSD
- Nelson Maciel — PTB
- João Agripino (Relator) — UDN
- Josaphat Marinho — Pequenas Representações

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1963

(Originário da Câmara dos Deputados)

Que dá nova redação ao § 1º do art. 28 da Constituição Federal (autonomia dos Municípios).

Designação em 22 de outubro de 1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Lobão da Silveira — PSD;
 Bezerra Neto — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Melo Braga — PTB;
 Milton Campos — Presidente — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Eurico Rezende — UDN;
 Josaphat Marinho (Relator) — Pequenas Representações;
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações;
 Júlio Leite (Vice-Presidente) — Pequenas Representações.

Comissão Especial para estudar a situação da Casa da Moeda.**(7 MEMBROS)**

(Criada em virtude da aprovação do Requerimento nº 531-63 do Sen. Jefferson de Aguiar, na sessão de 14-8-63).

Designação em 28-8-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar (Presidente) — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 Arthur Virgílio — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Adolpho Franco — UDN;
 Eurico Rezende (Vice-Presidente) — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Comissão Especial para o estudo das causas que dificultam a produção agro-pecuária e suas repercussões negativas na exportação.

(Criada em virtude do Requerimento nº 569-63, do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 24-8-1963).

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;
 Sigefredo Pacheco (Vice-Presidente) — PSD;
 José Ermírio (Presidente) — PTB;
 Lopes da Costa — UDN;
 Aurélio Vianna (Relator) — Pequenos Partidos.

Comissão Especial para o estudo dos efeitos da inflação e da política tributária e cambial sobre as empresas privadas

(Criada em virtude da aprovação, em 2-8-1963, do Requerimento nº 531-63, do Sr. Senador Gouveia Vieira)

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

Atilio Fontana (Presidente) — PSD;
 José Feliciano (Vice-Presidente) — PSD;
 José Ermírio (Relator) — PTB;
 Adolpho Franco — UDN;
 Aurélio Vianna — Pequenas Representações.

Comissão Especial para efetuar o levantamento da produção mineral do país e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

(Criada em virtude da aprovação, em 18-9-1963, sessão extraordinária, do Requerimento nº 665 de 1963, do Sr. Senador José Ermírio).

(9 MEMBROS)**Membros — Partidos**

José Feliciano — PSD;
 Atilio Fontana — PSD;
 Eugênio Barros — PSD;
 José Ermírio (Relator) — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Melo Braga — PTB.

Lopes da Costa — UDN;
Milton Campos — Presidente — UDN.

Júlio Leite — Vice-Presidente — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acervos de concessionárias de serviços públicos e sobre a importação de chapas de aço para a Companhia Siderúrgica Nacional

(Criada pela Resolução nº 11 de 1963).

(5 MEMBROS)**Membros — Partidos**

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Leite Neto (Presidente) — PSD;
 Nelson Maculan (Vice-Presidente) — PTB;
 João Agripino (Relator) — UDN;
 Josaphat Marinho — Pequenas Representações.

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar os fatos apontados da tribuna do Senado, na Sessão de 23 do corrente, e outros relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento dos Correios e Telégrafos.

(Criada em virtude da aprovação, em 7-11-1963, sessão extraordinária, da Resolução nº 32, de 1963, apresentada pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar e outros Senhores Senadores).

(Criada pela Resolução nº 32, de 1963)

MEMBROS — PARTIDOS

Presidente: Wilson Gonçalves — PSD;
 Vice-Presidente: Leite Neto — PSD;
 Relator: Eurico Rezende — UDN;
 Jefferson de Aguiar — PSD;
 Atilio Fontana — PSD;
 Artur Virgílio — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Aurélio Vianna — PTB;
 Júlio Leite — PTB;
 Melo Braga — PTB;
 João Agripino — UDN;
 Daniel Krieger — UDN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 6, de 1963.

Altera o art. 138 da Constituição Federal (inelegibilidades). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Walfredo Gurgel — PSD;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Silvestre Pérciles — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Eurico Rezende — UDN;
 Milton Campos — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Raul Giuberti — Pequenas Representações;
 Júlio Leite — Pequenas Representações.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1963.

Dá nova redação ao § 4º do art. 182 da Constituição Federal (transferência para a reserva do militar da ativa que se candidatar a cargo eletivo). Projeto de iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna.

Designação em 2-10-1963

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD;
 Ruy Carneiro — PSD;
 Wilson Gonçalves — PSD;
 José Feliciano — PSD;
 Walfredo Gurgel — PSD;
 Argemiro de Figueiredo — PTB;
 Bezerra Neto — PTB;
 Silvestre Pérciles — PTB;
 Edmundo Levi — PTB;
 Eurico Rezende — UDN;
 Milton Campos — UDN;
 Aloysio de Carvalho — UDN;
 Afonso Arinos — UDN;
 Josaphat Marinho — Sem Legenda;
 Raul Giuberti — Pequenas Representações;
 Júlio Leite — Pequenas Representações.